



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharias

De Volta ao Oceano

Reabilitação do Forte de São João Batista de Esposende

Sandra Cristina Gonçalves da Silva

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

Arquitetura

(ciclo de estudos integrados)

Orientador: Prof. Doutor José da Silva Neves Dias

Covilhã, junho de 2018

“Esquecido da memória dos Homens, ele que a memória dos Homens defendera...”

(Amândio B. , 1982)

Agradecimentos

À minha família pelo seu apoio,

Ao Rui Souto por tudo,

Aos “Mosqueteiros” André Sousa, João Saraiva, Marcelo Rodrigues e Rodrigo Garcia pela amizade,

Ao Professor Doutor José Neves Dias por lidar com o meu “nariz empinado”.

A eles lhes dedico estes cinco anos,

A eles,

Obrigada.

Resumo

Ao longo do tempo da história portuguesa, a nossa costa deu origem a um maior conhecimento sobre o mundo. Contudo, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, foram também estas praias os alvos de ataques de corsários franceses, ingleses, espanhóis e as mais agressivas embarcações argelinas.

Advertido dos constantes acontecimentos, o rei D. João IV ordena a criação de um plano defensivo para toda a costa portuguesa, protegendo todas as embarcações, civis e comerciais, que navegavam ao longo de Portugal. Graças a este plano, erguem-se várias fortificações que auxiliaram na proteção do território português. Estas defesas fazem parte de um património que se foi erguendo ao longo dos séculos.

A configuração destas fortificações, afirma-se conforme o território onde se insere, os aspetos culturais do local e os materiais da época em que foi construído. São marcos históricos, pontos altos da paisagem, que foram delineando e defendendo as fronteiras do país. Na localização dos fortes, são tidos em consideração locais estratégicos como pontos mais elevados, aproveitando as defesas naturais.

Todavia, com o decorrer dos séculos, estas construções foram perdendo a função para a qual foram destinadas. O desuso deve-se a variadas causas, contudo culmina em problemas de conservação destes elementos históricos. Observa-se atualmente um novo modo de intervir no estado atual destas construções, produzindo-se novas propostas de reabilitação e utilização, resultando em espaços capazes de integrar estes edifícios na malha urbana.

Analisando os fortes de Portugal, independentemente do seu estado de conservação, o passo seguinte é reabilitar e proteger os conteúdos históricos que estas construções possam oferecer, pois são parte da memória da população e, sem dúvida, da história que produziu as fronteiras além-mar portuguesas. Os fortes costeiros devem ser pensados como um conjunto arquitetónico que contem um valor histórico inegável. A salvaguarda destes elementos militares é urgente pois, com o passar dos anos, estão mais expostos ao vandalismo e às duras agressões do tempo, levando uma existência cada vez mais longe do oceano.

Palavras-Chave

Reabilitação; Forte abaluartado; Farol; Esposende

Abstract

Throughout the time of Portuguese history, our coast gave rise to a greater knowledge about the world. However, during the XVI, XVII and XVIII centuries, these beaches were also the targets of attacks by French, English, Spanish pirates and the most aggressive Algerian vessels.

Warning of the constant events, King D. João IV orders the creation of a defensive plan for all the Portuguese coast, protecting all the civil and commercial vessels that sailed along Portugal. Thanks to this plan, several fortifications were erected that helped to protect the Portuguese territory. These defenses are part of a heritage that has been building up through the centuries.

The configuration of these fortifications, according to the territory where it is inserted, the cultural aspects of the place and the materials of the time in which it was constructed. They are historical landmarks, high points of the landscape, that have been delineating and defending the borders of the country. In the location of the forts, strategic locations are considered as higher points, taking advantage of natural defenses.

However, over the centuries, these constructions have lost the function for which they were intended. The disuse is due to several causes, but culminates in problems of conservation of these historical elements. There is a new way of intervening in the current state of these constructions, producing new proposals for rehabilitation and use, resulting in spaces capable of integrating these buildings into the urban fabric.

In analyzing the strengths of Portugal, regardless of their state of conservation, the next step is to rehabilitate and protect the historical contents that these constructions can offer, since they are part of the memory of the population and, undoubtedly, of the history that produced the springs abroad Portuguese. Coastal forts should be thought of as an architectural ensemble that contains undeniable historical value. The safeguarding of these military elements is urgent because, over the years, they are more exposed to vandalism and the harsh aggressions of time, taking an existence farther and farther from the ocean.

Keywords

Rehabilitation; Bulwark Fortification; Lighthouse; Esposende

Índice de Figuras

Figura 1 - Hornaveque coroa

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301xxi

Figura 2 - Fortificação - Elementos

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301xxii

Figura 3 - Guarita existente no Forte de São João Batista de Esposende

Fonte: Fotografia retirada pelo autor xxiii

Figura 4 -Hornaveque de contra cauda

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301 xxiii

Figura 5 - Hornaveque de cauda de açor

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p. 301..... xxiv

Figura 6 - Hornaveque de faces paralelas

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301 xxiv

Figura 7 - Revelim

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301 xxiv

Figura 8 - Orelhão

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301 xxv

Figura 9 - Localização da Cidade de Esposende

Fonte: Figura realizada pelo autor 12

Figura 10 - Dólmen na Cruzinha/Arribadas - Vila Chã - Esposende

Fonte: Visiteesposende.com

<https://www.visiteesposende.com/pt/fazer/roteiros/arqueologico/dolmen-da-cruzinhaarribadas-vila-cha> - Consultado a 5/03/2018 13

Figura 11 - Planta representativa das novas vias projetadas para Esposende	
Fonte: Esposende: Ensaio Urbano de Vila a Cidade, 2009, Município de Esposende.....	15
Figura 12 - Cidade de Esposende	
Fonte: Município.esposende.pt http://www.municipio.esposende.pt/pages/133/ /consultado em 19/03/2018.....	16
Figura 13 - Acesso ao Interior do Estuário	
Fonte: Google Earth - 19/03/2018.....	18
Figura 14 - Exemplo de cruzeta em Castelo Rodrigo	
Fonte: Aldeias Históricas de Portugal - 10/03/2018 http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/o-que-ver/bombardeiras-cruzetadas	23
Figura 15 - Torre de Belém em Lisboa	
Fonte: Lisbonlovers.com em 14/03/2018 http://lisbonlovers.com/page.php?p=105&cat=9 ..	24
Figura 16 - Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas	
Fonte: Geodrone.pt em 14/03/2018 http://www.geodrone.pt/cartografia/	27
Figura 17 -Postal do Forte de São João Batista visto do Oceano - 1900	
Fonte: Fortalezas.org - 16/02/2018 http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1145&muda_idioma=PT#numeroDalmagem	28
Figura 18 - Distância do Forte de São João Batista ao Oceano	
Fonte: Google Earth - 16/02/2018.....	30
Figura 19 - Guarita do Forte de São João Batista	
Fonte: Fotografia retirada pelo autor.....	32
Figura 20 - Desenho estudo sobre o traçado original do Forte de São João Batista realizado por Luís Figueiredo da Guerra	
Fonte: Diário do Minho - Património - 2007.....	33

Figura 21 - Desenho do Forte de São João Batista realizado por Gonçalo Luís da Silva Brandão
Fonte: “O Forte de S. João Batista e o Farol de Esposende” - Bernardino Amândio, 1995..... 33

Figura 22 - Edifícios adjacentes ao farol, no seu estado atual.
Fonte: Fotografia retirada pelo autor..... 34

Figura 23 - Portal de acesso
Fonte: Fotografia retirada pelo autor..... 34

Figura 24 - Igreja e Farol de Nossa Senhora da Lapa em Póvoa do Varzim
Fonte: Mapio.net - Consultado a 07/03/2018 <http://mapio.net/o/1026744/> 39

Figura 25 - Farol das Formigas - Açores
Fonte: Geol.pt - Consultado a 09/03/2018 <http://www.geopt.org/index.php/artigos/rubricas-semanais/regional-report/item/3002-aco-res-report-22-por-luis-filipe-machado-e-pedro-almeida> 40

Figura 26 - Desenho do farolim que antecedeu o farol de Esposende
Fonte: Bernardino Amândio em O Forte de S. João Batista e o Farol de Esposende - Elementos para a sua história. 43

Figura 27 - Farol de Esposende na atualidade
Fonte: Fotografia retirada pelo autor..... 45

Figura 28 - Topo do Farol - Varandim e Lâmpada
Fonte: Fotografia retirada pelo autor..... 45

Figura 29 - 1951 -Farol de Esposende após a instalação das duas sereias, conhecidas como "roncas"
Fonte: SIPA - 21/02/2018
http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1247 46

Figura 30 - Localização do Forte de São João Batista de Vila do Conde
Fonte: Google Earth 60

Figura 31 - Planta do Forte de São João Batista de Vila do Conde

Fonte: SIPA - Consultado a 18/05/2018

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5384 61

Figura 32 - Forte de São João Batista de Vila do Conde - Vista exterior

Fonte: Junta de Freguesia de Vila do conde - Consultado a 18/05/2018 <http://www.jf-viladoconde.pt/pagina/1/11>

..... 62

Figura 33 - Guarita presente no Forte de São João Batista de Vila do Conde

Fonte: Fortalezas.org - Consultado a 18/05/2018

http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=667&muda_idioma=PT 63

Figura 34 - Castelo da *Coracera*

Fonte: Castillos del Ovido - Consultado a 24/05/2018 <http://castillosdelolvido.com/castillo-de-san-martin-de-valdeiglesias/castillo-de-san-martin-de-valdeiglesias-2/>

..... 64

Figura 35 - Ermida de *Ecce Homo* em *San Martín del Valdeiglesias*

Fonte: Una Ventana desde Madrid - Consultado a 24/05/2018

<https://www.unaventanadesdemadrid.com/san-martin-de-valdeiglesias.html> 65

Figura 36 - Escadaria de acesso em aço corten.

Fonte: Archdaily.com - Consultado a 29/05/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/805184/reforma-no-castelo-da-coracera-riano-plus-arquitectos/5862c285e58ece8821000006-coracera-castle-rehabilitation-riano-plus-arquitectos-image> 67

Figura 37 - Planta de cobertura da nova proposta

Fonte: Archdaily.com-Consultado a 29/05/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/805184/reforma-no-castelo-da-coracera-riano-plus-arquitectos>..... 68

Figura 38 - Secções da nova proposta

Fonte: Archdaily - Consultado a 29/05/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/805184/reforma-no-castelo-da-coracera-riano-plus-arquitectos/5862c352e58ece882100000e-coracera-castle-rehabilitation-riano-plus-arquitectos-sections>..... 69

Figura 39 - Imagem aérea da Vila de Caminha Fonte: Hoteis.com - Consultado a 30/05/2018 https://www.google.pt/search?q=caminha&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKewj25_uI3sHbAhVJchQKHfIUDeEQ_AUICygC&biw=1366&bih=675#imgsrc=1lvdeo6Pp-QhmM:	70
Figura 40 - Alçado e Secção da Torre de Caminha antes da reabilitação Fonte: SIPA - Consultado a 1/05/2018 http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2169	71
Figura 41 - Torre de Caminha após a Reabilitação Fonte: Eurovelo - Consultado a 01/05/2018 http://euroveloportugal.com/pt/poi/torre-do-relogio-2	72
Figura 42 - Ornamento em cantaria de pedra Fonte: Fotografia retirada pelo autor	76
Figura 43 - Portal de acesso e ornamentos Fonte: Fotografia retirada pelo autor	76
Figura 44 - Edifícios selecionados Fonte: Peça desenhada A.6 - Sem escala	77
Figura 45 - Alçado Este - Relação dos Vãos Vs. Fachada Peça desenhada C.13	78
Figura 46 - Planta edifício Receção - Sem escala Peça desenhada C.2	79
Figura 47 - Planta edifício Bar - Sem escala Peça desenhada C.2	80
Figura 48 - Planta Oficina - Sem escala Peça desenhada C.3	81
Figura 49 - Planta Museu - Sem escala Peça desenhada C.4	81
Figura 50 - Nova proposta de muralha e espelho de água - Sem escala Peça desenhada C.5 .	82
Figura 51 - Alçado Norte proposto - Sem escala Peça desenhada C.12	83

Figura 52 - Alçado Sul proposto - Sem escala Peça desenhada C.12 83

Figura 53 - Alçado Este proposto - Sem escala Peça Desenhada C.13.....81

Figura 54 - Alçado Oeste proposto - Sem escala Peça desenhada C.13 84

LISTA DE ACRÓNIMOS

A.C.I.E: Associação Comercial e Industrial de Esposende

B.B.T: *Barbier, Bénard et Turenne*

D.F: Direção dos Faróis

I.H.R.U: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

ICOMOS: *International Council on Monuments and Sites*

NUTS: Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

Glossário

Alcance Luminoso: A maior distância a que a luz pode ser vista em função da sua intensidade luminosa.

Farol: Estrutura elevada e bem visível no topo da qual se coloca uma iluminação que auxilia os navegantes, indicando-lhes o perigo de obstáculos. São implementados nas costas, ilhas, baixios, etc., de modo a constituírem uma marca bem vivível no mar. Caracteriza-se um farol pela cor, período, intensidade luminosa e o seu alcance.

Homero descreveu as fogueiras acesas nos montes como método para guiar os navegantes ao longo da costa. Com a evolução das tecnologias, estas iluminações passam a ser colocadas, em torres altas ou colunas, nos acessos até à costa. Na atualidade, são selecionadas, as mais modernas lanternas refletoras. Como prova do engenho humano, o *Colosso de Rodes*, obra de *Sostrato de Guido*, foi o mais aclamado farol da antiguidade, datado de 280 a. C. Os faróis são erguidos em terrenos elevados ou num extremo de um cabo ou porto. O material é determinado em função da sua localização. Normalmente, têm a forma de uma torre troncocónica ou cilíndrica, vazia no interior, onde o acesso é realizado por uma escadaria interna, geralmente em caracol devido à estrutura. No topo da construção é colocada a fonte luminosa. O piso inferior de acesso é chamado de câmara de serviço. A altitude da torre é um ponto de referência durante o dia e está diretamente relacionada com o alcance luminoso. Exteriormente, além de serem reconhecidos pela sua aparência, são pintados em cores fortes, implantados em locais particularmente perigosos ou isolados. Além destas torres aqui descritas, existem outras que cumprem a função e apresentam aspetos diferentes, sendo o caso da Estátua da Liberdade nos Estados Unidos da América. (Gómez, Lopez, Murillo, & Escudero, 2014, p. 293)

Milha Marítima: Unidade de medida linear utilizada em cartas náuticas. É sensivelmente um minuto de latitude e uma milha internacional corresponde a 18522 metros. (SIPA I. d., 2011)

Relâmpagos: Luz em que a duração total da emissão luminosa em cada período é nitidamente mais curta do que a duração total da obscuridade em que os relâmpagos têm todos a mesma duração.

Relâmpagos Agrupados: Luz em que os relâmpagos são reunidos em grupos que compreendem o mesmo número de relâmpagos repetindo-se em intervalos regulares.

Ocultações: Luz em que a duração total da emissão luminosa em cada período é nitidamente maior que a duração total da obscuridade em que os intervalos de obscuridade têm todos a mesma duração. (Figueiredo, 2004)

Período: Duração de um ciclo completo da luz de um farol.

Adarve: Via de passagem estreita no interior da muralha de uma fortificação. Passagem utilizada em especial para a verificação de rondas de segurança. (Priberam , 2018)

Baluarte: Construção de fortificação defensiva saliente da muralha, geralmente pentagonal com duas faces, dois flancos e uma gola.

O termo baluarte é normalmente aplicado a fortificações defensivas concebidas para proteger no seu interior, cidades, cidadelas, torres, redutos, etc. A utilização de baluartes, remonta à antiguidade, em *Alamut*, *Antioquia* e *Jerusalém*, onde estas defesas protegiam as cidades como um sistema poderoso. Baluartes, construídos entre os séculos XI e XVI, em especial na Europa e Otomano, encontram-se intrinsecamente ligados com o avanço da artilharia. Priorizou-se a arte da guerra, onde se recorre à defesa estática em vez de um ataque móvel. As paredes, normalmente inclinadas, são construídas com argamassas de areia e cal, tijolo, entulho, entre outros. As paredes são mais espessas e mais baixas do que as medievais, pois foram desenhadas para suportar artilharia. O elemento chave para resistir aos impactos proporcionados pela artilharia é a frente abaluartada, em que os ângulos fortes impedem a criação de espaços desprotegidos. Com o aparecimento de artilharia pesada, como morteiros, granadas e explosivos de grande potência, estas defesas tornaram-se obsoletas. Outros termos utilizados para descrever esta arquitetura defensiva são: bastião, revelim e reduto. (Gómez, Lopez, Murillo, & Escudero, 2014, p. 139)

Capoeira: Estrutura integrante na defesa de um fosso. Em caso de tentativa de assalto ou permanência de inimigos no interior de um fosso, o ataque defensivo realizado de uma capoeira é diretamente orientado para o interior, evitando qualquer possível assalto inimigo. (Sousa & Conde, 2018)

Cortina: Muro ou lanço de muralha que interliga dois meios baluartes.

Crown work: Hornaveque com forma de coroa.

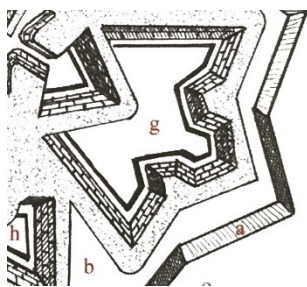


Figura 1 - Hornaveque coroa

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301

Escarpa: Face interior existente, perpendicular ao solo do forte, com a finalidade de criar uma altura defensiva para que seja difícil alcançar o topo da muralha ou que a artilharia tenha tanto impacto destrutivo. (Vellozo, 2005, pp. 180,181)

Fortificação: Construção, ou conjunto arquitetónico de obras, cuja finalidade é garantir auxílio na defesa do local onde estão implantados.

Tem como objetivo, o auxílio na proteção, resguardo e defesa, criando obstáculos ao atacante, recorrendo à utilização de armamento fixo. Desde os tempos antigos, que existem defesas ou obstáculos colocados aos inimigos, desde paredes, muralhas, etc. Desde os desenvolvimentos do homem, neste caso no Crescente Fértil, foram erguidas muralhas, fossos e torreões para protegerem as cidades, palácios e templos existentes. Com a era medieval, as populações refugiam-se em castelos, que variam desde simples torres, até construções extremamente elaboradas. Na era moderna, recorrendo ao baluarte, passam a erguer-se novas construções defensivas como capoeiras, hornaveques e revelins. Com a entrada de artilharia explosiva no século XIX, as construções evoluíram para o aço, betão armado e cúpulas protetoras, capazes de suportar impactos. (Gómez, Lopez, Murillo, & Escudero, 2014, p. 300)

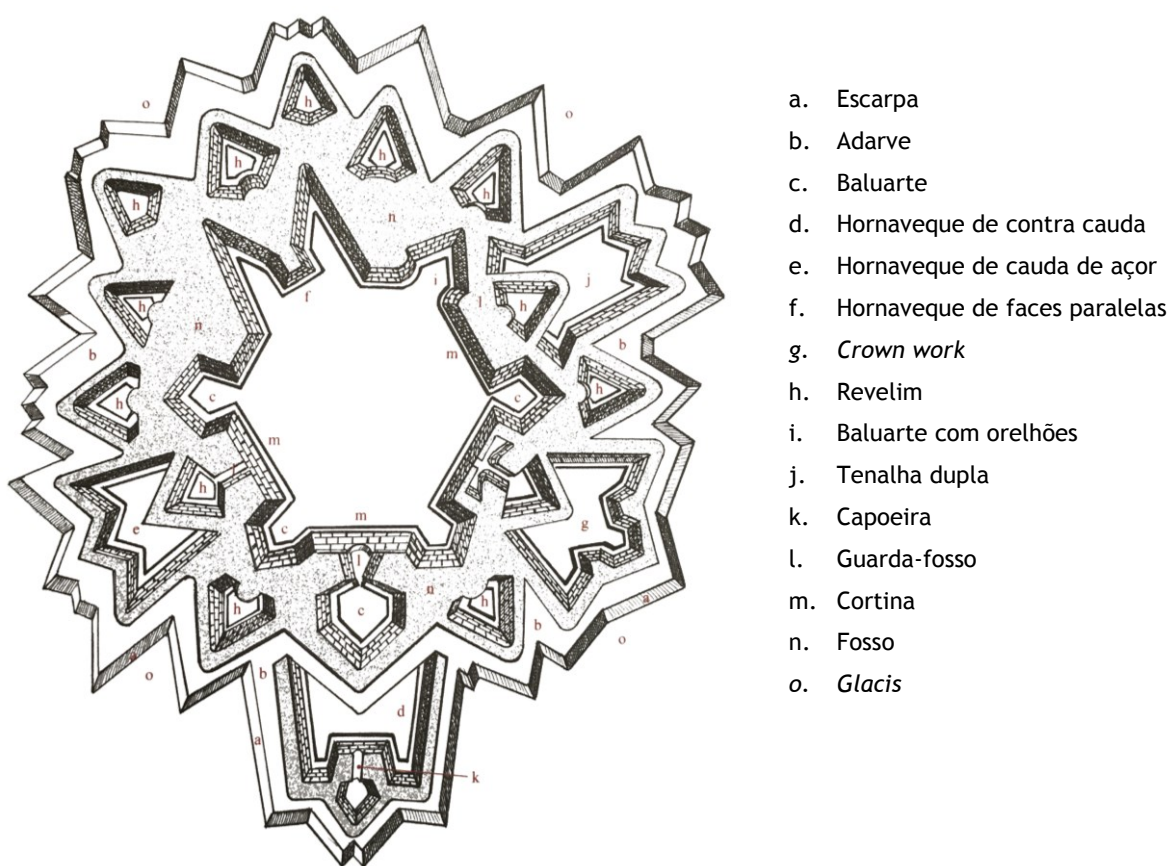


Figura 2 - Fortificação - Elementos
 Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301

Fosso: Vala larga e profunda executada em torno de uma edificação forte ou fortaleza defensiva.

Este meio de defesa é dos mais simples, contudo, eficiente na proteção contra artilharia mais pesada. Para ser mais eficiente contra a artilharia, ao longo do desenvolvimento da arte de guerra, os fossos passaram a ser mais largos tendo como finalidade a prevenção de rebentamentos contra as muralhas. Como todas as defesas contruídas, estes fossos variavam as suas dimensões e características conforme o terreno onde se inseriam. Os fossos poderiam estar secos ou inundados, assim, caso o terreno fosse mais rochoso, para que o fosso fosse funcional, este teria de ser mais profundo do que largo, no caso de ser um fosso inundável este poderia ser mais fino, pois a água funcionava como uma vantagem defensiva. Nas defesas europeias, o fosso inundável foi o mais utilizado no norte da Europa, pela sua vantagem e pelas características do solo onde eram realizados. (Gómez, Lopez, Murillo, & Escudero, 2014, p. 303)

Guarita: Torre, nos extremos elevados de uma muralha, que tem como objetivo a vigilância do território. (Sousa & Conde, 2018)



Figura 3 - Guarita existente no Forte de São João Batista de Esposende
Fonte: Fotografia retirada pelo autor

Hornaveque: Estrutura exterior de uma fortificação abaluartada, inserida na frente defensiva e composta por paredes fortes capazes de suportar artilharia. É constituído por dois meios baluartes unidos, criando um elemento misto de forte capacidade defensiva. O elemento arquitetónico que interliga os dois meios baluarte é uma cortina. (Sensagent, 2018)

Hornaveque de contra cauda: Com a mesma definição de hornaveque, alteração apenas no estilo de construção.

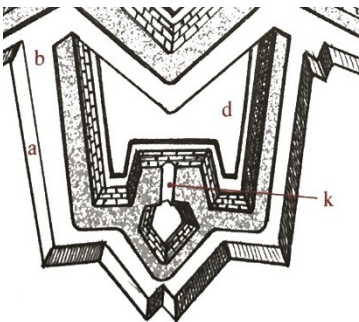


Figura 4 -Hornaveque de contra cauda
Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301

Hornaveque de cauda de açor: Com a mesma definição de hornaveque, alteração apenas no estilo de construção.

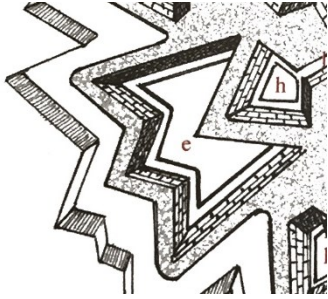


Figura 5 - Hornaveque de cauda de açor
Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p. 301

Hornaveque de faces paralelas: Com a mesma definição de hornaveque, alteração apenas no estilo de construção.

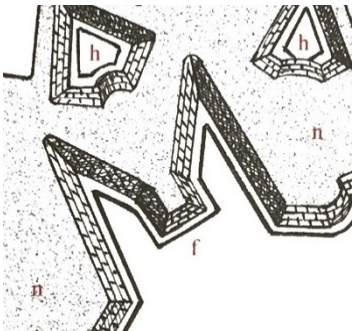


Figura 6 - Hornaveque de faces paralelas
Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301

Revelim: Elemento exterior, de menores dimensões, de uma muralha abaluartada, com função defensiva. Denominado também de “meia-lua”. É uma estrutura elevada do terreno e normalmente implantada como proteção principal de uma cortina de fogo¹, tendo também como função garantir defesa em caso de tentativa de ofensiva à cortina de fogo. (Analisar figura 1) (Sousa & Conde, 2018)



Figura 7 - Revelim
Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301

¹ Cortina de fogo - Elemento de ataque direto com artilharia.

Orelhões: Elemento adicionado a um baluarte, tendo formato redondo para auxiliar no suporte estrutural e amparar impactos. (Sousa & Conde, 2018)

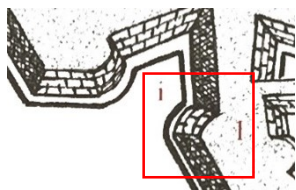


Figura 8 - Orelhão

Fonte: Dicionário Visual de Arquitetura p.301

Tenalha: Estrutura, sem meios baluartes, com um ângulo reentrante no centro. Elemento construído no fosso tendo como função uma defesa avançada. (Sousa & Conde, 2018)

Índice

1- Homens de Mar	11
1.1 Localização.....	12
1.2 Enquadramento Histórico.....	13
1.3 Características do Concelho	15
1.4 Estuário do Cávado	17
2 - Fortificações de Portugal	21
2.1 A criação de uma nação	22
2.2 Caraterização Geral - Fortificações Abaluartadas	26
2.3 Forte De São João Batista	28
2.4 Desenho do Forte - Arquitetura	32
3 - Luzes de Portugal	35
3.1 Faróis - Luzes do Mar	36
3.2 Luzes de Portugal - Características.....	37
3.3 Farol - Nova Utilização do Forte de São João Batista	42
4 - Conceitos sobre “Reabilitar”	49
4.1 Cartas	50
4.2 Graus de Intervenção.....	53
4.3 Estratégias	55
5 - Analisar para Compreender - Estudos de Caso	59
5.1 Forte de São João Batista de Vila do Conde.....	60
5.2 Castelo da <i>Coracera</i> em <i>San Martín de Valdeiglesias</i>	64
5.3 Torre do Relógio em Caminha	70
6 - De volta ao Oceano - Proposta	75
6.1 Proposta Programa	76
6.2 Proposta Intervenção	77
6.3 Proposta Edifícios	78
6.4 Proposta Exterior	82
6.5 Proposta Muralha Farol.....	84

7 - Notas Conclusivas	85
Anexos	89
Anexo I.....	90
Bibliografia	93

1- Homens de Mar

1.1 Localização

O local de investigação situa-se no norte de Portugal, especificamente no distrito de Braga, na região do Minho, e na cidade de Esposende pertencente à NUT III² Cávado. O concelho de Esposende é rodeado por Viana do Castelo, Póvoa do Varzim e Barcelos. O território contém uma área de 95,40km², é atravessado os rios Cávado e Neiva e é banhado pelo oceano atlântico, com cerca de 18km de costa. Pertencem ao concelho 9 freguesias, (Francisco Diniz, 2003) sendo: Antas, Apúlia e Fão; Belinho e Mar; Esposende, Marinhas e Gandra; Fonte Boa e Rio Tinto; Forjães; Gemeses; Palmeira de Faro e Curvos; Vila Chã. É o segundo concelho mais pequeno do distrito de Braga, mas é também o que regista uma maior densidade populacional, 34,625 pessoas, sendo 334 habitantes por quilómetro quadrado. (Município Esposende, s.d.)

É com o rei D. Sebastião que o local da atual Esposende é separado da Vila de Barcelos e da jurisdição do Duque de Bragança. Com documentos datados do século XIII, a terra autónoma começa a desenvolver-se desde o reinado de D. Sebastião. Desde o século XV, as atividades como a apanha piscatória, a construção naval e o comércio marítimo, fazem Esposende desenvolver-se de modo constante, atraindo novos habitantes e trabalhadores originando assim um grande crescimento urbanístico. (C.M.E., 2018)



Figura 9 - Localização da Cidade de Esposende
Fonte: Figura realizada pelo autor

² NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, é um sistema de divisão do território em regiões, compreendendo em Portugal o continente e as ilhas. NUTS I corresponde à separação entre continente e ilhas; NUTS II corresponde à divisão entre secções (exemplo: Norte, Centro...) e NUTS III corresponde à divisão no interior de cada secção, pertencendo Esposende ao Norte, dentro do Cávado.

FONTE: PORDATA / <https://www.pordata.pt/O+que+sao+NUTS> - Consultado a 19/03/2018

1.2 Enquadramento Histórico

Na localização da atual Esposende, existem inúmeros vestígios de ocupação humana desde tempos remotos, com momentos antecedentes ao Neolítico. Estes vestígios têm vindo a ser encontrados especialmente na zona litoral, na foz do rio Neiva. Os dados mais antigos ainda não são totalmente conhecidos, contudo, existem vestígios de períodos posteriores, nomeadamente do Megalítico e da Idade do Bronze. Com estes dados, Esposende tem, no Norte de Portugal, os melhores exemplos arqueológicos destas eras.

Denota-se o conjunto de mamoaas que se ergueram por todo o concelho, mais especificamente em Vila Chã, onde é possível contemplar as mamoaas do Rápido, Portelagem, Arribada e Cimo de Vila, esta última em Palmeira de Faro, encontrando-se em fase de estudo e análise pela Universidade Portucalense. (Anégia, 1998)

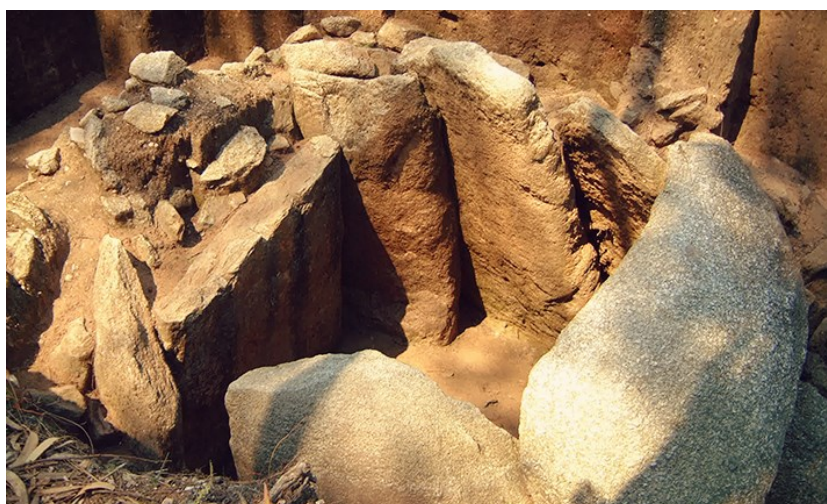


Figura 10 - Dólmen na Cruzinha/Arribadas - Vila Chã - Esposende

Fonte: [Visiteesposende.com](http://visiteesposende.com)

<https://www.visiteesposende.com/pt/fazer/roteiros/arqueologico/dolmen-da-cruzinhaarribadas-vila-cha> - Consultado a 5/03/2018

Destacam-se edificadros romanos, tendo realce a *Villa Menendi* em Apúlia, os vestígios da Quinta de Belinho e Agra do Relógio, em Antas. Outras construções mais recentes, são a atalaia do Monte Faro, em Palmeira de Faro, a fortaleza medieval e a acrópole do Castro de São Lourenço e a necrópole medieval das Barreiras em Fão. (Anégia, 1998)

Na envolvente do Forte de São João Batista existem alguns vestígios de mamoaas e cistas, contudo, atualmente encontramos no local original o Hotel Suave Mar. Assume-se que a zona litoral se tenha vindo a transformar num pequeno núcleo piscatório. Com total certeza sabemos que este território já se encontrava ocupado na segunda metade do III milénio a.C. Da era da Romanização e Alta Idade Média ficaram os registos na atual zona do centro histórico da cidade de Esposende. Destaca-se que esta zona da cidade foi a impulsionadora da atual Esposende, devido à sua relação com o mar como fonte de subsistência, transporte e atividade. (Anégia, 1998)

A partir de 1258, observamos a existência de dados rigorosos e organizados sobre a população e região. Informação fornecida pelas Inquirições, que deixaram importantes conhecimentos sobre a vila de Esposende. (Machado, 1951)

Já no século XVI, com a ação de alguns marcos importantes, Esposende aferiu à classe de “qualidade urbana”. Em 1552, num auto por D. João III, surgem embarcações fabricadas no porto da cidade, preparadas e armadas, tendo como destino a costa do Brasil. Por volta de 1566, Esposende torna-se independente da freguesia de Cepães. A cidade ganha reconhecimento nacional, e em 1572 é concedido o Foral à vila de Esposende por D. Sebastião.

A nova Esposende quinhentista apresenta-se como tal, erguendo a Capela dos Mareantes onde expressa a sua riqueza e mais tarde constrói o Forte de São João Batista. (Anégia, 1998)

Com a entrada no século XIX, verifica-se um grande crescimento na zona norte da vila, que aumentou gradualmente durante este século. Após 1800, observa-se que a expansão se propaga na zona a norte do riacho do Engenho e esta fica completa, assim que se conclui o encanamento do rio e o melhoramento do porto, realizado entre 1807 e 1809. Com o desenvolvimento a norte da vila, erguem-se edifícios novos de cariz público e comunitário, como o Hospital Novo, Balneários Públicos e o quartel da GNR. A expansão é visível também junto à margem ribeirinha com núcleos de pescadores. Estes dados registados sobre a expansão descrevem detalhadamente o desenho urbano existente, contudo após o avanço da cidade sobre a margem, o mapa desta modificou-se. Com o urbanismo a evoluir, são demarcadas novas vias radiais, orientadas a nascente, interligando as freguesias próximas da vila, projetando também futuras novas áreas de expansão, ou subúrbios. (Anégia, 1998)

Verifica-se que na vila, analisando a figura 13, com as novas vias construídas, estas dividem o território, produzindo novas manchas edificadas, inicialmente a ocupação foi descontínua, evoluindo ao longo do tempo. Estas vias, que nascem do centro urbano, interligam as regiões agrícolas e as freguesias em volta. São vias concêntricas relativamente ao ponto de origem, com uma ocupação descuidada e descontinuada. Já no núcleo central, verifica-se que apesar dos ótimos acessos, a malha urbana demorou bastante tempo a consolidar.

Na primeira metade do século XX, Esposende afirma-se como meio turístico devido à sua relação com a costa e tendo adquirido o termo de cidade “qualidade de vida urbana”, surge um novo tipo de arquitetura na cidade, o “*chalet*”.

Neste século, a vila ganha a sua autonomia relativamente a Barcelos. Com a nova reforma administrativa em 1835, a vila aumentou e anexa o Couto de Apúlia, criando em 1898 a Comarca Judicial de Esposende. (Esposende M. d., 2009)



Figura 11 - Planta representativa das novas vias projetadas para Esposende
 Fonte: Esposende: Ensaio Urbano de Vila a Cidade, 2009, Município de Esposende

Atualmente, a cidade vive da frente fluvial, inicialmente elemento essencial como meio de subsistência, hoje em dia mantém a importância mas por carácter balnear. Este nível de turismo sazonal, embora seja positivo para o desenvolvimento da cidade, trás consigo também questões relacionadas com um mau planeamento urbano, isto é, devido ao modo de turismo português o território foi loteado e foram construídas edificações únicas do tipo moradia unifamiliar, que vão descaracterizando a malha urbana centralizada, resultando em espaços vazios e numa ocupação dispersa e pouco clara.

1.3 Características do Concelho

A cidade contém uma grande experiência proveniente da agricultura, assente na horticultura, vinhas, criação de bovinos de leite e mão-de-obra agrícola, que apresenta valores registados superiores à média do país. Ao analisar o concelho, identificamos três zonas orográficas: a de baixa altitude sendo a *Planície Litoral*, tendo terrenos bastante férteis, ideais para os produtos hortícolas, entendendo-se desde a Apúlia até São Paio de Antas; com uma altitude média de

200 metros a *Arriba* que se estende desde São Paio de Antas até Palmeira de Faro, concretamente entre os rios Cávado e Neiva; com alturas máximas de 280 metros temos o *Planalto Interior* tendo bosques abundantes e matas com a agricultura específica para a pecuária.

O crescimento e desenvolvimento do território até à atualidade têm tido vários momentos presentes e visíveis na cidade de Esposende. Podemos observar um destes expoentes de crescimento, em diversos vestígios arqueológicos, que nos demonstram as vivências ao longo do tempo, representadas em castros e outros elementos da civilização romana. Existem também registos de outras eras, desde a pré-história até à idade média, passando pelos séculos XVI e XVII deixando para trás marcas da era setecentista, vestígios visíveis em monumentos do património civil, religioso e militar, como no caso do forte de São João Batista. Estes monumentos são representações físicas das boas novas que o ouro vindo do Brasil trouxe a Portugal. A cidade, é por si só, um enorme património histórico-cultural que contém alminhas, moinhos de vento, castros, azenhas, casas solarengas, fortes, toda uma diferente cultura ligada à arte do turismo. A demarcar todo este património temos a riqueza do tesouro natural em terra e mar. É de especial interesse a paisagem protegida do estuário do Cávado, pertencente ao litoral de Esposende, sendo instituída pelo decreto-lei nº357/87 de 17 de novembro de 1987, abrange uma área total de 440 hectares que abarca arribas, praias e um enorme cordão dunar arborizado. A área protegida é composta essencialmente por dunas muito instáveis que oferecem uma beleza natural única. (Francisco Diniz, 2003)



Figura 12 - Cidade de Esposende

Fonte: Município.esposende.pt

<http://www.municipio.esposende.pt/pages/133/> /consultado em 19/03/2018

O Forte de São João Batista integra-se na União de Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, estando a localidade ribeirinha a norte e nascente, em contacto com Marinhãs e com o rio Cávado, que é também uma fronteira entre Esposende e Gandra. A área é de 1,85 Km², contando cerca de 3.595 habitantes.

A origem da denominação de Esposende encontra-se relacionada com um antropónimo germânico. Assim nasce a “*Villa Spanusindi*” que foi outrora terra de um homem chamado *Hispanusindus* ou *Spanusindus*.

Embora a freguesia de Esposende pertença a um núcleo territorial mais ligado à agricultura, a freguesia em si diferencia-se pelo seu núcleo urbano, onde surgem atividades económicas, como o comércio, o turismo, a pesca e os serviços.

A cidade apresenta como património cultural e edificado:

Igreja Matriz;

Igreja da Misericórdia e Capela dos Mareantes;

Capela de Nossa Senhora da Saúde;

Capela do Senhor dos Aflitos;

Capela de São João;

Pelourinho;

Arquitetura Ventura Terra (Teatro, Palacete Nélia, Hospital);

Museus;

Paços do concelho.

Como património natural a localidade integra-se no Estuário do Rio Cávado. (C.M.E., 2018)

1.4 Estuário do Cávado

O rio Cávado, conhecido também pelo Parque Natural do Litoral Norte, encontra-se no Norte de Portugal, nasce na Serra do Larouco, a uma altitude próxima dos 1520 metros, junto à fronteira entre Portugal e Espanha e desagua no Oceano Atlântico, na costa da cidade Esposende. O rio tem uma extensão de sensivelmente 135km e a sua bacia hidrográfica tem uma área de aproximadamente 1600km², estando entre as bacias do rio Lima e do rio Ave. (Maratec, 2018)

Na margem norte do estuário, junto à cidade, estão colocadas varias infraestruturas ligadas à vida marítima, portuária, piscatória e de construção naval. Estas edificações encontram-se protegidas por 2km de quebra, muralha natural desgastada pelas águas. Na margem sul, o estuário é separado do oceano por uma longa restinga³, junto à qual existe uma vasta área de

³ Restinga - Espaço geográfico, junto ao oceano, formado por depósitos arenosos alongados, é produzido por processos de sedimentação, formando uma barreira natural. (Maratec, 2018)

vegetação autóctone do estuário. Na área costeira encontramos praias de areia e a sul da restinga é possível observar formações rochosas típicas deste tipo de ambiente.

O interior do estuário é de difícil acesso devido à embocadura estreita e pouco profunda. A circulação, realizada desde o oceano, é confrontada imediatamente com um banco de areia que se move frequentemente, devido às marés, e leva consigo sedimentos que alteram a profundidade deste caudal, levando por necessidade às constantes dragagens para que a navegação no interior do estuário não fique impossibilitada. Os sedimentos retirados são utilizados para reforçar a estrutura da restinga. A embocadura e o seu banco de areia conferem a esta região um grande dinamismo por realizarem constantes alterações morfológicas no território, devido à ação das marés e das correntes do rio. (Maratec, 2018)



Figura 13 - Acesso ao Interior do Estuário
Fonte: Google Earth - 19/03/2018

O estuário do Cávado, as zonas de praias redundantes e o cordão dunar, são parte da paisagem protegida do litoral de Esposende, denominada de APPLE, tendo sido criada em 1987 com a finalidade de proteger o cordão dunar das ações do oceano, salvaguardando também as espécies de vegetação autóctones através da fixação de areia. O estuário foi requalificado em 2005 para Parque Natural. (Esposende, 2018) São também característicos do estuário de Esposende os Cavalos de Fão⁴, rochedos integrados nas partes baixas do estuário, embora sejam belos rochedos naturais, são também elementos perigosos para as embarcações. O rio Cávado, ao longo dos anos, transformou-se num rio com um caudal fraco, devido à construção de barragens ao longo do seu percurso, nos anos de 1940/1950. (Maratec, 2018)

⁴ Cavalos de Fão - Rochedos elevados do leito do oceano, apenas visíveis em baixa maré. Conhecidos por dificultarem a navegação das embarcações até à costa de Esposende e Fão. São responsáveis por causarem o naufrágio de inúmeros barcos, e em particular navios piscatórios. Sendo elementos da memória de inúmeras gerações, existem sobre este elemento natural várias lendas. Analisar Anexo I, sobre a lenda dos Cavalos de Fão.

Uma característica individual do estuário é o facto de conter uma grande superfície marinha, numa superfície total de 8887 hectares a área marinha ocupa 7653 hectares. Tendo o estuário uma forte vivência do oceano, interligando o estuário do Cávado com o Neiva, resulta numa paisagem bastante diversificada e rica, fazendo com que este estuário albergue e seja o local de reprodução de muitas espécies. (Esposende, 2018)

2 - Fortificações de Portugal

2.1 A criação de uma nação

Para compreender a edificação a reabilitar, o Forte de São João Batista, é necessário realizar um estudo sobre estruturas militares, para podermos contextualizar o forte, quer historicamente, quer socialmente no território onde se insere. A localização do forte encontra-se consolidada, conforme foi evoluindo com o decorrer dos séculos. A proteção da área onde a construção se insere, encontra-se estabelecida numa infraestrutura fortificada, cuja funcionalidade inicial era proteger o território e atualmente se encontra isolada da malha urbana e despromovida de sentido.

Iniciando a análise, durante o século XV, com a introdução da pólvora no armamento e a criação de artilharia pirobástica, as defesas militares, construídas até este ponto, tornam-se obsoletas e ineficazes. Vemos aqui, por via da necessidade, uma nova adaptação que interliga as estruturas militares necessárias para a atualidade, com a anterior fortificação medieval, nascendo desta junção as fortificações abaluartadas.

Contudo, antes de entrarem em cena estas novas construções, existem duas fases distintas de adaptação do edificado existente às novas armas. Primeiramente, as estruturas de defesa medievais recebem ligeiras adaptações essenciais para a colocação de armamento de fogo nestes edifícios, transformação que ocorreu em especial no reinado de D. João II (1481-1495) e no reinado de D. Manuel (1508-1510). A segunda fase consistiu numa intervenção profunda nas defesas militares existentes, observando que muitas destas construções estavam obsoletas face às novas carências, em resposta aos constantes ataques, erguem-se novas defesas durante o reinado de D. Manuel (1508-1510) e o reinado de D. João III, até ao ano de 1531.

Estas novas construções arquitetónicas foram influenciadas particularmente, pela Escola da Fortificação Italiana. Este novo movimento, surgiu em Itália no final do século XV e foi seguido em Portugal durante todo o século XVI. Estas construções arquitetónicas baseiam-se nas fortificações erguidas em Itália, em especial na metade do século XV, e também em gravuras e tratados que foram circulando pela Europa, em particular no *“Trattado di Architettura Civilli e Militare”* de Francesco di Giorgio Martini de 1492. (I.H.R.U., 2014, p. 16)

Analisando a arquitetura militar, determina-se que é possível dividir as fortificações em:

Fortificação: Compreende todas as construções militares deste género. Contudo, esta determinação é mais indicada para uma estrutura de pequenas dimensões, como uma bateria, entrancheamento, reduto, casa-forte, etc.

Fortaleza: Forte de maior dimensão, contendo baluartes, revelins, sendo um complexo defensivo, no caso de compreender em si uma cidade.

Forte: É uma estrutura fechada em todas as suas faces, compreendendo em si construções de serviço como quartéis, paióis, armazéns, cisternas, baluartes, fossos, etc. (Nunes, 1991)

O desenho e construção das fortificações militares foram evoluindo com o decorrer do tempo, quer na forma, quer na tipologia, adaptando-se ao desenvolvimento das armas e das artes de guerra. Com a supervisão e direção de inúmeros engenheiros militares, estas construções foram-se dispersando e controlando o território fronteiriço, transformando-se em marcos territoriais. Num papel mais visionário, desempenharam uma função essencial para a consolidação do território rural português, sendo também uma espécie de marcos políticos ao longo do desenvolvimento da nação.

Estas edificações eram contruídas em pontos estratégicos elevados e a sua implantação era fortemente determinada pelos principais aglomerados populacionais, tendo especial relevância o controlo de itinerários e vias que cruzavam o espaço a proteger, numa tentativa de transformar os eixos de circulação em rotas mais seguras, levando também a um condicionamento estratégico para futuras operações. (Barroca, 2004)

Analisando o desenvolvimento da arquitetura militar, esta divide-se em dois momentos, a arquitetura militar medieval a arquitetura militar moderna. Começando pela arquitetura medieval, numa primeira fase de construção, denominada de Fase de Transição, as muralhas são construídas com a espessura utilizada anteriormente, contudo, é-lhes diminuída a altura e as bases são reforçadas, tirando partido de escarpas acentuadas e os ângulos construídos nos muros tornam-se mais intensificados. Como exemplo de detalhes essenciais na arquitetura militar, nestas construções são introduzidas bombardeiras cruzetadas, também conhecidas por cruzetas, no final do século XV. São elementos que rompem as muralhas em pontos estratégicos, permitindo a execução de tiro apurado em todos os pontos da muralha. Inicialmente, foram projetadas apenas para os pontos mais altos, mas com o decorrer das artes de guerra, foram colocadas até ao nível do solo, permitindo uma defesa mais forte. (I.H.R.U., 2014, p. 17)

É também na primeira fase de transição que se observam as últimas torres de menagem em estilo medieval. Surgem novos cuidados nas defesas costeiras, nomeadamente constroem-se para a defesa de Lisboa, obras com estilo de transição entre a arquitetura medieval gótica e a moderna.



Figura 14 - Exemplo de cruzeta em Castelo Rodrigo

Fonte: Aldeias Históricas de Portugal - 10/03/2018

Com a segunda fase de construção, surge pela primeira vez em Portugal, o *rondelle* ou em italiano *torrioni*, levando à errada interpretação, criando a denominação portuguesa de torreão. Estes elementos são torres amplas circulares, com base em desenhos italianos. Arquitetonicamente, encontram-se localizadas em fossos, são vazias e sem cobertura, devido à sua funcionalidade relacionada com o disparo de armas de fogo.

Como exemplo de uma nova experiência arquitetónica em Portugal, nasce pelo desenho de Francisco de Arruda, a Torre de Belém entre 1514/15 e 1519. Conhecida inicialmente por “Baluarte de S. Vicente”, “de Belém” ou “do Restello”. A sua localização na margem do rio Tejo tinha como objetivo, que esta ficasse rodeada de água, o que atualmente não se verifica. A construção concilia em si um moderno baluarte de planta poligonal com uma torre quadrangular alta, mantendo a tradição medieval. Tem como característica as suas cantoneiras retangulares, que permitiam um tiro rasante à água. Interligando todas as câmaras de tiro, resulta um pátio exterior retangular sem cobertura, com o objetivo de libertar os fumos obtidos das explosões de tiro.



Figura 15 - Torre de Belém em Lisboa
Fonte: Lisbonlovers.com em 14/03/2018
<http://lisbonlovers.com/page.php?p=105&cat=9>

A Torre de Belém apresenta várias relações com o tratado de *Francesco di Giorgio Martini* e sabe-se que terá inspirado a construção das torres marítimas mandadas erguer por D. Henrique VIII para a costa inglesa. (I.H.R.U., 2014, p. 20)

Analisando a arquitetura militar moderna, esta surge devido ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de armamento de fogo e às diversas alterações no método de guerrear, durante primeira metade do século XVI, arquitetura que se prolongou até ao século XVII e atingindo o auge durante esta centúria. Inicialmente, as fortificações em Portugal eram projetadas recorrendo às tradições medievais, apresentando estruturas pouco desenvolvidas e audazes, contrariando a tendência que se fazia sentir na restante Europa. Durante a primeira

metade do século XVII, a construção mantém-se na fase de Transição, como um prolongamento devido à inexistência de combates. Durante esta fase final continuamos a utilizar-se a influência italiana, passando depois para a influência da Escola Holandesa e depois Francesa.

Os primeiros vestígios de fortificações modernas, com desenho abaluartado, são o Forte do Pinhão em Lagos, atualmente submerso e a Fortaleza de São Julião da Barra em Oeiras. Portugal ia fazendo investimentos nas suas defesas, mas 1566 quando a cidade do Funchal foi pilhada, foi possível observar que as defesas estavam obsoletas e pouco resistentes face ao armamento pirobalístico. Vendo esta necessidade, a Coroa Portuguesa, desenvolve num plano defensivo para a costa, iniciando por erguer fortificações na foz dos principais rios, em especial os que continham portos maiores, respetivamente a Foz do Douro, do Ave e do Lima. Em 1570 é iniciada a construção da Fortaleza de São João da Foz na cidade do Porto (sendo a primeira fortaleza abaluartada no norte do país), em 1571 ergue-se o Forte de Santiago em Viana do Castelo e em 1573, inicia-se o Forte de São João Batista em Vila do Conde. (I.H.R.U., 2014, p. 22)

Com o Falecimento do Cardeal D. Henrique, a 11 de janeiro de 1580, Portugal sem sucessor é invadido por D. Filipe II de Castela, quer por solo quer por mar, tendo todo o país sido tomado sem grande oposição. Entre 1580 e 1640, durante a União Ibérica, a fronteira terrestre perde todo o valor estratégico, resultando no abandono das fortalezas da Beira, restando apenas interesse pelas fortalezas marítimas. Estes fortes mantinham a sua utilização, devido aos constantes ataques de pirataria muçulmana, francesa, holandesa e britânica. Assim, inicia-se a reforma das principais zonas portuárias vulneráveis como Lisboa, Porto, Viana do Castelo, Setúbal, Sines e Lagos.

Com a revolução a 1 de dezembro de 1640, o país volta a ser controlado por portugueses e inicia-se um forte plano para a consolidação das fronteiras territoriais do continente e posteriormente o reforço da defesa nos territórios costeiros, insulares e ultramarinos. (I.H.R.U., 2014, p. 23)

A nível construtivo, distinguem-se dois tipos de fortificações. As grandes fortificações em contexto urbano, contendo em si vilas e cidades implantadas em pontos estratégicos do território fronteiriço, e pequenos fortes marítimos implantados em pontos estratégicos da orla marítima. (I.H.R.U., 2014, p. 25)

Com o término das Guerras da Restauração, a grande parte das defesas raianas encontravam-se obsoletas em comparação à atualidade e ao novo modo de guerrear. Os castelos presentes, em bom estado de preservação no território português, foram convertidos em fortalezas abaluartadas. Com a arte da construção abaluartada, devido à introdução das armas de fogo, a arquitetura militar passou a conter baluartes, falsas bragas, revelins, tenalhas, meias-luas, obras cornas, obras coroadas, traveses, esplanadas e estradas cobertas. É possível observar este género de defesas na área raiana como Melgaço, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção. (Barroca, 2004)

2.2 Caracterização Geral - Fortificações Abaluartadas

As fortificações abaluartadas, apesar de serem grandiosas fortalezas urbanas, contendo em si vilas e cidades, apresentam diferentes desenhos arquitetónicos, variando o seu traçado e as suas características. No continente português, domina o traçado abaluartado, que tem como estrutura principal o baluarte maciço por inexistência de condicionantes do solo, e normalmente pentagonal, devido ao traçado esta forma eliminar os ângulos mortos de defesa e permite que todo o espaço envolvente exterior possa ser atacado com artilharia. Um elemento essencial na determinação da planimetria existente nos fortes é a sua implantação e as características geográficas do terreno que alteram o traçado e o desenho, tornando cada forte único.

Embora se observe o desenho abaluartado, existem exemplares com traçados diferentes desde circulares a retangulares. Como exemplo de fortificações circulares temos o Fortim do Redondo integrado na Fortaleza de São Francisco de Peniche e o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca ou do Búgio. Estas defesas por si só eram vulneráveis, deste modo, no exterior careciam constantemente de novos elementos que completavam a sua defesa, sendo fossos, entre outros. Já os grandes fortes, nas imediações do terreno, continham como auxílio pequenos fortes, organizando um complexo defensivo mais extenso.

Os fortes marítimos que se encontram no Norte apresentam, entre eles, similaridades construtivas, tendo os seus traçados grandes influências pelo Forte de Nossa Senhora das Neves em Leça da Palmeira. As características comuns são: face voltada para terra, com uma tenalha, contendo dois baluartes e face voltada ao mar com uma bateria a barbeta (permitia uma maior amplitude de ângulos de tiro e eficiência nos movimentos das bocas-de-fogo).

Como exemplar de arquitetura militar da Escola Holandesa, observa-se o Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas, construído em 1763, sendo uma das maiores fortificações do país. O corpo principal é composto pelo recinto magistral e o reduto central. O primeiro é em planta quadrangular com quatro baluartes, onde nos seus ângulos são interligados por cortinas, possuindo quarteis e paióis. O segundo, também de planta quadrangular com os vértices arredondados com cinco pisos, onde o primeiro piso é subterrâneo com cisterna; o segundo contém uma capela cruciforme; o terceiro casamatas e os últimos dois pisos são respetivos à habitação do governador. Destaca-se ainda que este forte é uma praça-forte, composta pela muralha medieval existente e um segundo muro formado por elementos exteriores de defesa como meias-luas. É de destacar que o Forte da Graça é um dos que poucas alterações sofreram ao longo dos séculos. Curiosamente, Elvas possui o maior campo entrincheirado de fortificações terrestres de fosso seco do mundo. (I.H.R.U., 2014, pp. 29, 30 e 31)



Figura 16 - Forte de Nossa Senhora da Graça em Elvas

Fonte: Geodrone.pt em 14/03/2018

<http://www.geodrone.pt/cartografia/>

Com a evolução do armamento, estes fortes estáticos perderam o seu valor estratégico e interesse como meio de defesa. O seu caráter militar desaparece, não só por questões técnicas mas também sociais, visto que após o desuso nenhuma entidade tomou ações sobre este património, levando aos inúmeros problemas de conservação que são possíveis examinar neste género de conjunto arquitetónico, e não só.

Estas infraestruturas edificadas fazem parte de um património histórico-cultural, construído ao longo dos séculos. Foram erguidas em pontos de defesa estratégicos, ao longo de toda a costa do território nacional. São símbolos de um passado e fortes marcos na paisagem, que embora tenham sido essenciais no auxílio à formação do atual território, foram esquecidos e deixados ao abandono.

Na atualidade vemos diversos estados de conservação deste conjunto patrimonial. Muitos edifícios já desapareceram ou estão em vias de desaparecer, como é possível contemplar no edifício de estudo proposto, o Forte de São João Batista. Os fortes que ainda permanecem encontram-se em constante alteração e sujeitos a diversos momentos de transformação, que muitas vezes resultam num total desaparecimento das características intrínsecas deste género de arquitetura. Por razões conhecidas, e desconhecidas, estes elementos permanecem ao abandono, onde muitas vezes restam apenas ruínas ou fundações preexistentes, implantadas em locais que atualmente são de difícil acesso ou totalmente remotas.

2.3 Forte De São João Batista

Durante os séculos XVI e XVII eram frequentes os ataques às frotas, portos e costas portuguesas, por parte dos corsários franceses, ingleses, espanhóis e holandeses. (Amândio B. , 1982)Tendo estes ataques particular incidência durante o domínio espanhol de Portugal, entre 1580 e 1640. (Amândio B. , 1995)Em resposta a estas ocorrências, D. João IV, dentro de um plano defensivo, ordena a construção de inúmeros fortes em toda a costa portuguesa. Apesar da ordem, com os processos de construção disponíveis, o forte de São João Batista só é construído no reinado de D. Pedro II. (Amândio B. , 1982)Assim é tomada a decisão régia para se construir um forte na foz do rio Cávado, em Esposende, que terá como patrono São João Batista.



Figura 17 -Postal do Forte de São João Batista visto do Oceano - 1900

Fonte: Fortalezas.org - 16/02/2018

http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=1145&muda_idioma=P
T#numeroDalmagem

As fundações para o forte ocorrem em 1699, pela ordem do Mestre de Campo de Engenheiros Manuel Pinto Villa-Lobos⁵, contudo com as questões urgentes de reparação das praças raianas⁶ do Minho, a construção ficou interrompida. (Amândio B. , 1982) Existem dúvidas relativamente ao nome Villa-Lobos, pois na família o avô, pai e filho utilizaram o nome Manuel e foram dedicados às construções militares, sendo a única diferença o local de nascimento, onde é

⁵ Manuel Pinto Villa-Lobos - Nascido no Porto e falecido a 11 de março de 1704 em Viana do Castelo - Foi Tenente-General de Artilharia, engenheiro e professor de fortificações. Trabalhou em específico na região entre Douro e Minho.

⁶ Raianas - “A Raia” linha que define os limites da fronteira entre Portugal-Espanha. Palavra utilizada para definir locais ou edificações de municípios raianos.

respetivamente Évora, Porto e Viana do Castelo. Apesar disto, supõem-se que tenha sido o “filho”, nascido em Viana do Castelo, devido à linha temporal. (Amândio B. , 1995) Em documentação encontrada recentemente, denota-se que o baluarte terá ficado concluído em 1702, (Callixto, 1942) embora as barras do Tejo e do Douro tenham sido erguidas primeiramente devido ao trânsito portuário sentido. A construção de fortes, desde o Porto até ao Minho, coube a D. Pedro II, sendo assim também incluído o forte de São João Batista. Com o forte completo em 15 de junho de 1702 o primeiro governador deste edifício militar foi António da Cunha Sotto Mayor. (Amândio B. , 1995)

Com o decorrer dos anos e a decadência que o porto de Esposende foi sofrendo, juntando-se ainda o assoreamento do oceano e a existência de defesa naval mais eficaz, o forte de São João Batista perdeu o interesse para a função militar, tendo sido desguarnecido e desarmado, sobrando apenas um forte muralhado exposto ao abandono. Só em 1804, com uma inspeção realizada por oficiais de engenharia, é que foi concluído que a muralha seria ainda importante para a defesa nacional, defendendo o porto e a barra de Esposende.

Por volta de 1730, o assoreamento era enorme, deixando o forte cada vez mais longe do oceano e impedindo a continuidade de cerca de setenta e quatro caravelas na costa de Esposende. (Amândio B. , 1982)Um porto que já tivera uma das mais altas taxas nacionais de movimentos de navios, quer de comércio, quer de pesca, onde os estaleiros de Esposende já ocuparam o terceiro lugar em dezassete dos maiores de Portugal, lugar mantido até 1865, passa a estar agora isolado e despojado da sua função. (Amândio B. , 1995)As múltiplas tentativas de correção deste acontecimento culminaram no processo para o encanamento do rio Cávado, sendo um projeto do engenheiro Custódio de Vilas-Boas⁷. (Amândio B. , 1982)O historiador Manuel Albino Penteadado Neiva comenta este facto do assoreamento limitar e enfraquecer o aspeto militar do forte, conforme podemos observar na figura apresentada a baixo:

“...com esta invasão das areias, Esposende pode ter ganho uma excelente praia, mas o Forte de S. João Batista perdeu a dinâmica do monumento militar.”
(Ferreira, 2007)

⁷ Custódio Jozé Gomes de Villas-Boas - Nascido a 12 de novembro de 1771 em Barcelos e falecido a 18 de março de 1809 em Barcelos - Foi responsável pela elaboração de cartografia. Primeiro tenente do Real Corpo de Engenheiros, Sócio d’Academia Real das *Sciencias* de Lisboa, Membro da Sociedade Real *Hydrographyca* e Militar e Diretor das Obras do Encanamento e Navegação do Rio Cávado. (Silva, 2013, p. 22)



Figura 18 - Distância do Forte de São João Batista ao Oceano

Fonte: *Google Earth* - 16/02/2018

Com este procedimento, o forte de São João batista, neste momento abandonado, é consideravelmente desmantelado para que as suas pedras graníticas sejam utilizadas no projeto do Engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas, demolindo-se assim as partes norte, leste e oeste, resultando na muralha que resiste até à atualidade. Apesar das tentativas, os esforços para resistir ao assoreamento são pouco recompensados. (Amândio B. J., 1994) Em 1807, o engenheiro Vilas Boas dá a obra de encanamento como terminada fazendo com que a foz tenha recuado cerca de duzentos metros. (Loureiro, 1905) Deste acontecimento, até aos dias de hoje, o forte leva uma vivência cada vez mais longe do oceano.

Existem registos de que em 1795, devido a causas militares, o forte está novamente guarnecido. Com notas do governador interino António Lopes (sargento de artilharia) sabemos que a 20 de julho de 1820 o forte continua descuidado e sem manutenção, mas apesar disto encontra-se munido com três peças de calibre três e seis. Já em 1831, em plena guerra civil, o forte encontrava-se desarmado e em contínuo mau estado de conservação. Com esta questão, e com receio de possíveis desembarques hostis, procede-se à reabilitação e armamento do forte de São João Batista e outros tantos que se encontravam em abandono. (Amândio B. , 1982)

Com o novo plano para proceder à defesa das costas nacionais, o Regimento dos Fachos⁸, que teve a sua sede de comando no forte de São João Batista, declara, em registos, que o forte da cidade de Esposende era extremamente estratégico, era como um quartel-general da costa norte do país, desde Vila do Conde a Viana do Castelo. (Ferreira, 2007) Todavia apesar deste

⁸ Regimento dos Fachos - Comando dos Fachos da Borda-mar da Província do Minho - Encarregados de monitorizar e controlar os fachos, agora faróis, das zonas para onde eram destacados.

relato enaltecedor do forte militar, nunca se comprovou ou foi declarada uma utilização do forte para controlo da costa norte de Portugal.

A 15 de novembro de 1831 o Governo ordenou a construção de uma bateria provisória, adicionando ainda armamento vindo do arsenal de Lisboa. Finalmente a 3 de julho de 1832 é finalizada a bateria do forte, ficando assim totalmente operacional e preparado com armamento militar e pessoal especializado vindo de milícias de Viana do Castelo. (Amândio B. , 1982) Durante o decorrer da Guerra-Civil (1832-1834)⁹ era fundamental garantir a proteção da costa portuguesa, primeiramente para evitar possíveis embarques suspeitos ou mesmo hostis e seguidamente evitar a epidemia de “*cólera-morbus*”¹⁰ que assolava Espanha, em especial a Galiza. Os militares, em particular tenentes, que tinham como função garantir a segurança, vigia e patrulhamento das praias, desde o anoitecer até ao amanhecer, tinham de analisar todas as embarcações, tendo em especial atenção as embarcações maiores e de armação redonda, pois poderiam estas encontrar-se armadas. Com este plano de vigia em ação, não era pouco usual encontrar tenentes que durante a sua função, em especial a vigia noturna, falhassem ao seu labor ao adormecerem, deixando desguarnecida qualquer possível proteção. Como castigo exemplar estes tenentes eram alterados de forte e seriam mandados patrulhar as praias desde Viana até Caminha, patrulhando assim cerca de vinte e cinco quilómetros todas as noites. (Ferreira, 2007)

Com o fim da guerra civil, o forte foi ficando novamente abandonado, tanto que em 1834 estava sem governador, apenas controlado por veteranos, e oficialmente em 1884 o farol é despojado dos seus deveres militares (Amândio B. , 1995), ficando entregue ao oceano, ao tempo e às pessoas. Voltou a ser aproveitado no final do século XIX para instalar um farolim com o objetivo de auxiliar contra os perigos e os cavalos de fã que se encontram na costa de Esposende. A partir de 1904 são construídos os edifícios de apoio ao farol destinados a máquinas e pessoal técnico, sendo adicionado em 1921 o farol de torre cilíndrica vermelha.

Atualmente, resta do forte o lado sul, com duas guaritas de planta hexagonal como podemos analisar na figura 21, e parte da muralha do lado nascente e poente, assim como alguns

⁹ Guerra-Civil portuguesa - Decorreu entre 1832-1834. Conhecida por “Guerras Liberais”, “Guerra Miguelista” ou “Guerra dos Dois irmãos”. A guerra ocorreu assim que o rei D. João VI faleceu e devido a duas ideologias políticas diferentes dos possíveis descendentes, onde D. Pedro IV defendia a ideologia liberal e D. Miguel defendia a monarquia absolutista. Com algumas vitórias e cercos D. Pedro IV torna-se rei de Portugal em 1834, tendo D. Miguel sido exilado. (História de Portugal, 2018)

¹⁰ “*Colera-morbus*” - Epidemia que se alastrou na Europa. A expressão utilizada é a definição da cólera em si, contudo associa-se também outras doenças gastrointestinais epidémicas que são semelhantes. (Almeida, 2018)

elementos internos na muralha. Na parte norte encontram-se os edifícios de apoio ao farol. Por volta de 1940 existiram tentativas de desassorear as muralhas existentes, na integração das comemorações centenárias da independência de Portugal, mas nada ocorreu. (Amândio B. , 1982)



Figura 19 - Guarita do Forte de São João Batista

Fonte: Fotografia retirada pelo autor

2.4 Desenho do Forte - Arquitetura

Atualmente, é quase impercetível a forma que outrora tivera o forte de São João Batista. Chegaram-nos à atualidade apenas dois baluartes que apresentam o seu uso militar, agora abandonado. Sobre a forma original estrelada, existem dois estudos sobre como estaria construída a plataforma central do forte. O historiador Luís Figueiredo da Guerra¹¹ conclui que o forte apresentava uma plataforma curva, sendo o resultado a figura 22. Contudo, o autor Silva Brandão com um levantamento e a realização de um exame do que resta do forte, apresenta-nos como resultado uma plataforma retilínea.

¹¹ Luís Figueiredo da Guerra - Nascido a 1 de março de 1853 e falecido a 1931 em Viana do Castelo - Foi historiador e historiógrafo, tendo aplicado o seu estudo à história local da foz do rio Lima. Foi ainda diretor do museu e biblioteca municipal de Viana do Castelo. (Blogue do Minho, 2018)

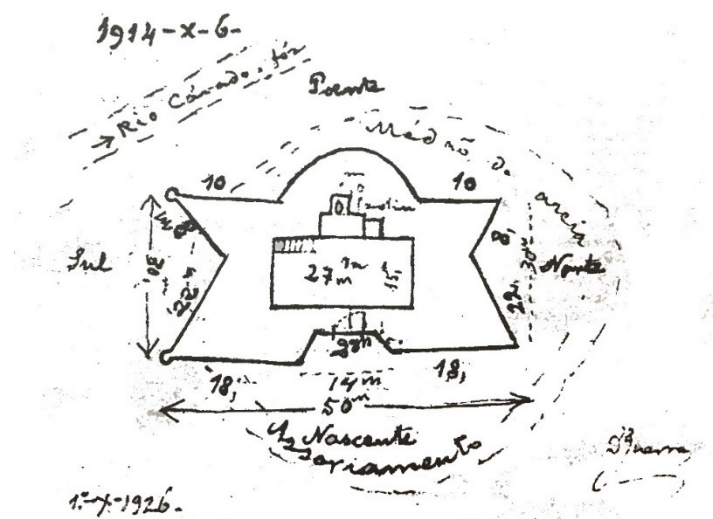


Figura 20 - Desenho estudo sobre o traçado original do Forte de São João Batista realizado por Luís Figueiredo da Guerra

Fonte: Diário do Minho - Património - 2007

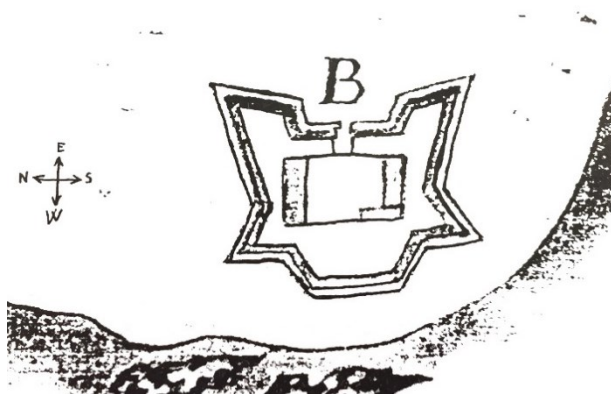


Figura 21 - Desenho do Forte de São João Batista realizado por Gonçalo Luís da Silva Brandão

Fonte: "O Forte de S. João Batista e o Farol de Esposende" - Bernardino Amândio, 1995

Com os estudos aprofundados de Figueiredo da Guerra, citado também por Bernardino Amândio, temos relatos descritos pelo autor sobre o desenho do forte, onde nos é exposta a sua planta estrelada quadrilátera com cinco baluartes, tendo uma bateria avançada para defesa naval, bateria esta atualmente inexistente. Com uma altura de oito metros, a face norte com cerca de cinquenta metros de comprimento e a face nascente com trinta metros de comprimento. (Ferreira, 2007)

O acesso é apenas possível por uma única entrada, orientada a nascente, acessível por um portal com cerca de dois metros de largura, coroado com o escudo das quinas e a orla dos sete castelos, cobertos pela coroa real. Reportam-se a existência de dois suportes em S, onde apenas existia um a 6 de outubro de 1974, atualmente não existindo nenhum vestígio destes.

O autor descreve a muralha, dizendo que esta tem cerca de oito metros de altura, tendo em conjunto dezoito linhas de pedra até ao extremo mais alto. No interior dos muros, foi colocado

um composto de alvenaria com a espessura atualmente visível entre os dois muros de granito, nomeadamente o interior e exterior que compunham a estrutura militar. (Amândio B. , 1982)

No interior, a parada tinha uma área de 405m² circundada por quartos e uma cozinha, vários armazéns abobadados, arrumações, duas cisternas de água e a residência do governador militar que regia o edifício. O forte ostentava um relógio, com o mostrador em louça, que foi arruinado em 1910. No portal de acesso fora instalada uma sineta, contudo, em 1910 já não há registos dela. As duas cisternas de água, já faladas anteriormente, encontravam-se no pátio interior, uma ao nível do rés-do-chão e outra no pátio superior. Atualmente encontram-se desativadas e os acessos fechados com alvenaria e cimento.



Figura 22 - Edifícios adjacentes ao farol, no seu estado atual.

Fonte: Fotografia retirada pelo autor

Em 1924, os edifícios colocados no forte, sofrem demolições para que os serviços associados ao farol pudessem entrar em funcionamento. Já em 1946 realiza-se a construção de uma residência de férias para oficiais da armada, no pátio do rés-do-chão do forte. (Amândio B. , 1995)



Figura 23 - Portal de acesso

Fonte: Fotografia retirada pelo autor

3 - Luzes de Portugal

3.1 Faróis - Luzes do Mar

Desde que o homem avançou com as suas descobertas náuticas, passou a existir a necessidade de se visualizar a costa desde o oceano, assinalando o seu aspeto e os seus respetivos perigos. Os primeiros métodos de sinalização foram fogueiras acesas em topos de colinas ou escarpas, para que fossem visíveis desde o oceano. Alguns edifícios também foram inicialmente utilizados para este fim devido à sua localização, edifícios como conventos, que deram origem no século XVI aos Faróis do Cabo de São Vicente, de Nossa Senhora da Guia e de Nossa Senhora da Luz.

Seguindo vários processos para iluminar, como fogueiras, lamparinas e candeeiros, era necessário colmatar a constante necessidade, garantir a maior distância possível a alcançar para que a luz fosse visível, tentando sempre aumentar o alcance luminoso. Desta necessidade, nasce uma associação entre os candeeiros e os aparelhos óticos desde o século XVI, e já no século XVIII passam a ser utilizados mecanismos de relojoaria, resultando num movimento rotativo, originando o característico relâmpago.

A partir de 1758, com um alvará pombalino, os faróis portugueses passam a ser uma organização oficial. Num processo de corrigir as carências costeiras, em 1761 é construído o Farol da Guia, em 1772 o Farol do Cabo da Roca, em 1775 os Faróis de São Julião, Bugio e Serra da Arrábida (mais tarde foi transferido para a serra do Outão) e em 1790 os Faróis do Cabo Carvoeiro e do Cabo Espichel.

Com o avançar das tecnologias, *Augustin Fresnel*¹² cria em 1824 o aparelho ótico lenticular em vidro, que atualmente integra a maior parte dos faróis em funcionamento.

O cuidado dos faróis foi transitando de entidade para entidade, tendo estado em 1835 ao encargo do Ministério da Fazenda e aqui são construídos quatro faróis. Já em 1852 o serviço passa a encontrar-se ao encargo do Ministério das Obras Públicas, e em 1866 é definido um projeto de aluminação marítimo para a costa portuguesa.

Com a entrada do século XIX são usados múltiplos combustíveis, até 1853, onde se passou a recorrer a geradores elétricos e mais tarde à rede elétrica pública.

Em 1906 contabilizam-se 39 luzes novas e 13 deixam de ser utilizadas. A grande parte dos faróis em território continental é construída até ao final da década de 50 do século XX. Em 1946 é proposto um plano para completar a iluminação nos Açores e na Madeira, faróis que passam a ser contruídos a partir de 1954 e 1956, respetivamente.

¹² *Augustin-Jean Fresnel* - Nascido a 10 de maio de 1788 (*Broglie*) e falecido a 14 de julho de 1827 (*Ville-d'Avray*) - Físico francês, reconhecido pelo estudo da ótica ondulatória, onde estudou o comportamento da luz de modo teórico e prático, sendo considerado o fundador da ótica moderna. (Biografia e Curiosidade, 2018)

Com a criação da Direção dos Faróis, em 1924, estes passam a estar ao encargo desta nova entidade, criada para a manutenção e cuidado destas edificações. A partir de 1977 a D.F. executa a automatização de todos os faróis. Por volta de 1980, com o desenvolvimento das baterias e painéis solares, os faróis passam a ser totalmente independentes da mão humana para funcionar.

Estes elementos são peças totalmente funcionais, com um objetivo de construção muito demarcado, quer de função, quer de segurança costeira. São privilegiados pela sua localização e características construtivas que os transformam em elementos de relevo, interesse e curiosidade. A sua localização é normalmente de difícil acesso, mas também locais que privilegiam de paisagens naturais belas. São construções que demarcam a paisagem, e que a transformam em referências de lugar, muito além da sua função de controlo marítimo. (SIPA I. d., 2011)

3.2 Luzes de Portugal - Características

O estabelecimento de um farol é referente à data em que uma determinada edificação passa a funcionar como farol. O edifício pode ser adaptado para esta função, ou pode ser especificamente construído para esse fim, e neste caso as datas de edificação e de estabelecimento podem ser as mesmas. Quando a edificação é adaptada à nova função, a data de construção é diferente da data de estabelecimento. Apresenta-se o exemplo do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca, em Oeiras, em que a edificação foi contruída em 1578 e só em 1775 passa a ser o estabelecimento do Farol do Bugio.

Com uma análise realizada pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, de 50 em 50 anos, é possível observar:

<1800 - 11 Faróis no continente;

1801 a 1850 - 3 Faróis no continente;

1851 a 1990 - 18 Faróis no continente 2 faróis nas ilhas;

1901 a 1950 - 13 Faróis no continente e 17 faróis nas ilhas;

>1951 - 2 Faróis no continente e 11 faróis nas ilhas.

Com a análise destes dados, observa-se que a grande parte dos faróis mais antigos presentes em Portugal, foram construídos no continente, e só apenas em meados do século XIX é que se observa a construção de faróis nas ilhas. O Farol de São Lourenço, estabelecido em 1870 é o mais antigo presente no Arquipélago da Madeira, e o Farol de Amel, estabelecido em 1876 na Ilha de São Miguel é o mais antigo do Arquipélago dos Açores. A grande parte dos faróis presentes nas ilhas foi construída durante o século XX.

A função de um farol está interligada com o tráfego que cada unidade tem a seu encargo. Podendo ser marítimo, o que é o caso da maior dos faróis presentes da costa portuguesa, ou pode ser tráfego portuário, caso aplicável em algumas barras de grandes estuários como o caso do rio Tejo.

Os faróis, devido à sua complexidade programática, normalmente necessitam de espaços contíguos, onde podemos encontrar os equipamentos exigidos ao seu funcionamento, são erguidos também edifícios de habitação para faroleiros, para o respetivo funcionamento e manutenção. Deste modo, grande parte dos faróis construídos de origem, têm anexados a si edifícios funcionais, isto quer para faróis do continente, quer para faróis das ilhas.

Para além destes, observa-se que alguns fortes junto à linha costeira foram utilizados para a colocação de várias torres, como no caso do Forte de São João Batista de Esposende. Assim, estes faróis foram erguidos sem a necessidade de edifícios anexados, pois estas construções militares, foram reaproveitadas para albergar todas as necessidades específicas. Esta tipicidade de casos existe apenas em Portugal continental, não existindo nenhuma situação nos arquipélagos de um farol principal implantado num forte.

Apesar disto, existem também faróis, sem edificações anexadas, conhecidos por faróis isolados. São faróis que, ou pela sua implantação em locais remotos como ilhéus não habitados ou pelas características específicas do equipamento com pouco alcance, não necessitam de edifícios contíguos, nem para guarnição nem para equipamentos, pois normalmente são faróis equipados com energia solar, sendo totalmente independentes de verificação e manutenção constante.

O I.H.R.U. realizou uma contagem das tipologias de edifícios anexados a faróis resultando:

Faróis isolados - 23;

Faróis com edifício anexo - 43;

Faróis implantados num forte/fortaleza - 11;

Farol implantado numa igreja- 1

O último caso é referente ao Farol da Lapa que se encontra anexado à Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Lapa em Póvoa do Varzim, estando desde 1960 desativado. (SIPA I. d., 2011)



Figura 24 - Igreja e Farol de Nossa Senhora da Lapa em Póvoa do Varzim

Fonte: Mapio.net - Consultado a 07/03/2018

<http://mapio.net/o/1026744/>

A tipologia de construção das torres dos faróis está intrinsecamente ligada com a época em que foi construído e o material aplicado.

Observa-se que até ao final do século XIX, a grande parte das torres é prismática, apresentando diversos tipos de planta e secção como quadrangular, hexagonal e octogonal. O material mais utilizado nas construções antigas é a pedra que, devido às suas características, é mais apropriado para plantas quadrangulares, com um embasamento forte, normalmente com a pedra aparente e paredes grossas, estreitando uniformemente à medida que a construção se torna mais alta.

Também no século XIX, é inserido um novo género de torre metálica, de pequenas proporções, normalmente inserida em edificações já existentes como fortes. A linha de construção costeira iluminada era denominada como *tourrelle* francesa. Estes faróis são característicos por uma torre cilíndrica, em ferro fundido, com nervuras exteriores e iluminação no topo, atingindo uma altura entre 13 e 15 metros, existem em Portugal sete torres com estas características.

As torres faroleiras em ferro fundido são:

Farol de Castelo de Santiago - Viana do Castelo;

Farol da Nossa Senhora da Agonia - Viana do Castelo;

Farol de São João Batista - Esposende;

Farol de Regufe - Póvoa do Varzim;

Farol de Santa Catarina - Figueira da Foz;

Farol de Cabo Verde - Cascais;

Farol de Cacilhas - Setúbal. (A.N.CRUZEIROS, 2018)

Relacionando as torres com o seu material de construção, estão contabilizadas 43 torres em alvenaria de pedra, construídas em grande parte antes do século XX. Identificam-se 15 torres em metal fundido. A partir da década de 50 do século XX, as torres são erguidas maioritariamente em betão armado, contabilizando-se 17 torres.

Com a entrada do novo século, a tecnologia construtiva foi avançada, passando a ser o material de eleição o betão armado, uma nova técnica construtiva que permite erguer torres mais altas, mais elegantes e de secção circular, para oferecer a mínima resistência aos ventos costeiros. Em Portugal contabilizam-se 19 torres deste género, onde se destaca a torre do Farol de Aveiro com 62 metros de altura, o Farol de Leça e Vila Real de Santo António, ambas com 46 metros de altura. Analisa-se que em alguns casos particulares, posteriormente foram adicionadas nervuras de sustentação devido à degradação e falta de manutenção das torres, registando assim 8 faróis com estes detalhes. Apesar do já referido neste texto sobre torres cilíndricas, identificam-se ainda outros tipos presentes em Portugal, sendo a torre do Farol do Bugio, em Oeiras, em alvenaria de pedra do século XVIII e a torre do Farol da Serreta, nos Açores, em fibra de vidro. Como exemplo particular, apresenta-se a torre do Farol das Formigas nos Açores, que foi construída em 36 dias devido ao local de difícil acesso e de instabilidade atmosférica, é única pois apresenta uma forma troncónica. (SIPA I. d., 2011)



Figura 25 - Farol das Formigas - Açores

Fonte: Geol.pt - Consultado a 09/03/2018

<http://www.geopt.org/index.php/artigos/rubricas-semanais/regional-report/item/3002-aco-res-report-22-por-luis-filipe-machado-e-pedro-almeida>

Por último, existem também locais que são apropriados para oferecerem o mesmo que um farol, contudo não são faróis, mas sim “cabanas”, referentes a pequenas construções utilizadas para colocar a lanterna do farol e para a colocação dos equipamentos necessários para o correto funcionamento. Estas instalações só são utilizadas em locais onde a altitude é suficiente para uma boa visibilidade da luz e um bom alcance luminoso. É possível observar também a

colocação de lanternas em construções preexistentes como fortes, que devido às características da construção militar não é necessária a edificação de uma torre.

Ao realizar uma análise aos vários faróis presentes no país, é possível observar o estado atual da sua atividade, isto é se se encontram ativos ou inativos. Regista-se que 11 faróis se encontram inativos, onde 9 são em Portugal continental e 2 na ilha dos Açores. O seu desuso está relacionado com a perda de relevância costeira de alguns locais, normalmente relacionado com alterações da linha de costa, abertura de marinas, construção de pontões na entrada das barras, entre outros, que transformam os faróis em objetos obsoletos na proteção destes locais, sendo substituídos por outros mais relevantes em outras posições de território ou por outros géneros de sinalização marítima.

Referindo os faróis inativos na ilha dos Açores, sendo o Farol dos Capelinhos e o da Ribeirinha: O Farol dos Capelinhos encontra-se inativo devido aos danos sofridos pela erupção do vulcão, em 1957, tendo sido assim substituído pelo Farol do Vale Formoso em 1958. O Farol da Ribeirinha ficou danificado com um sismo em 1973 e foi recuperado, contudo, com um segundo sismo a estrutura ficou destruída, tendo sido substituído por um farolim.

Seguindo a análise, é importante referir e expressar o alcance luminoso conseguido pelos faróis portugueses. O alcance luminoso, conforme referido no Glossário presente neste documento, é referente à maior distancia a que a luz pode ser observada em função da sua intensidade luminosa, do coeficiente de transmissão atmosférica e do limiar de iluminação do olhar do observador.

A luz é, sem dúvida, o elemento essencial ao funcionamento e razão de construção de um farol. Analisa-se aqui o alcance luminoso, não pelas suas questões técnicas, mas sim pela importância que este fator apresenta para utilização de um farol, ou como causa para o seu abandono ou substituição. No estudo levado a cabo pelo I.H.R.U., foram analisados todos os faróis contruídos em Portugal, contando também com os inativos. Apresenta-se ainda que todos os elementos que contenham um alcance inferior a 15 milhas não são considerados faróis, mas sim farolins. (SIPA I. d., 2011)

Apresenta-se a seguinte contabilização:

<15 Milhas - 31 Faróis;

16 a 20 Milhas - 11 Faróis;

21 a 25 Milhas - 15 Faróis;

26 a 30 Milhas - 14 Faróis;

> 31 Milhas - 2 Faróis. (D.G.M, 1915)

Destaca-se ainda o Farol de São Vicente, em Sagres, por ser atualmente o farol com mais alcance de luz, sendo a luz com maior visibilidade em território português, com 32 milhas.

Analisando o alcance da luz, é essencial compreender a altura desta acima do solo. Verifica-se que em Portugal continental a grande parte dos faróis presentes tem uma altura inferior a 10 metros. São infraestruturas colocadas em edifícios preexistentes e assim não é necessário suplantar a altura com uma grande torre, sendo que se elege uma torre de pequenas dimensões. Apesar disto, é também no continente que se encontram os faróis com uma altura superior a 20 metros. Isto deve-se à sua implantação em praias ou barras com pouca altitude pelo que se torna imperativo a construção de uma torre com grandes dimensões. Em correlação, nos arquipélagos da Madeira e dos Açores, encontram-se construídos os faróis mais altos, entre 11 e 20 metros de altura. Devido às particularidades de ambos os arquipélagos, com um terreno difícil, junto de falésias e declive acentuado, a grande parte destes faróis necessita de torres com uma altura média, para que mesmo com o oceano bastante agitado, o seu alcance luminoso seja capaz de auxiliar os mareantes.

Conforme referido no parágrafo anterior, as torres faroleiras devem ser capazes de projetar a sua iluminação acima do nível médio das águas do mar. Deste modo, com os dados fornecidos pelo I.H.R.U, verifica-se que a altura da luz de cerca de 41 faróis, pertencentes à costa continental, é inferior a 100 metros, devido às particularidades de relevo da costa. Ficando apenas o Farol de Montedor em Viana do Castelo e o Farol da Berlenga em Peniche acima dos 100 metros, tendo ainda como exceção o Farol do Cabo da Roca e do Cabo Espichel com mais de 150 metros de altitude da luz. Já nos arquipélagos, os faróis encontram-se normalmente acima dos 50 metros, havendo apenas 2 faróis acima dos 250 metros, respetivamente o Farol dos Rosais nos Açores e o Farol de São Jorge na Madeira, tendo ainda o Farol da Ponta do Pargo na ilha da Madeira mais de 300 metros de altitude da luz. (SIPA I. d., 2011)

Colocando esta análise mais simplificada apresenta-se a recolha de dados, onde:

- <50 Metros - 23 Faróis no continente e 6 nas ilhas;
- 51 a 100 metros - 18 Faróis no continente e 8 faróis nas ilhas;
- 101 a 150 metros - 2 Faróis no continente e 10 nas ilhas;
- 151 a 200 metros - 2 Faróis no continente e 2 faróis nas ilhas;
- > 201 Metros - 3 Faróis nas ilhas. (D.G.M, 1915)

3.3 Farol - Nova Utilização do Forte de São João Batista

Com os fins militares de defesa nacional, foi necessário preparar as costas não para uma possível invasão mas para as embarcações que circulavam ao longo de Portugal. A costa, além de bela, é conhecida pelos seus perigos e, deste modo, a partir de 1831 os fachos da Borda Mar tornaram-se essenciais na província do Minho com o objetivo de vigilância. Este novo plano de prevenção

foi elaborado como o “Regulamento dos Fachos da Borda Mar” que foi repartido ao longo da costa do Minho.

Tendo o forte recebido o comando dos fachos, como já referido anteriormente, foi Esposende que ficou encarregue de receber e centralizar o Comando dos Fachos da Borda Mar, tendo ficado o comando dividido em duas linhas: a Linha da Esquerda supervisionava de Vila do Conde até Esposende; a Linha da Direita ia desde Esposende até ao norte do país. O comando da Linha da Esquerda estava em Vila do Conde contudo o seu superior era Esposende. Sendo aqui o Comandante da Linha dos Fachos o Capitão-Mor de Esposende José César de Faria Vivas.

Sabemos que desde a construção do forte, este tem servido como farol para iluminar o acesso à barra da foz do Cávado, e dos seus conhecidos penhascos de Cavalos de Fão e os baixios presentes nesta costa.

Conforme já fomos observando ao longo do texto, o Farol de S. João Batista teve uso militar e defensivo, com picos de utilização e abandono. Contudo, a partir do final do século XIX ganha uma nova vida orientada para o mar, terminando o seu papel de defesa do território. Em 1866 é instalado o primeiro farolim de ferro com o intuito de guiar os mareantes. (Amândio B. , 1982) Este farolim lenticular foi instalado num candelabro em ferro na entrada da barra e colocado no forte, projetando uma luz vermelha com alcance de sete a oito milhas em boas condições atmosféricas. Com a colocação do novo aparelho, é necessário adaptar e alterar o edifício para a nova funcionalidade. (A.M.N.) Apesar do farolim ter sido essencial para guiar os mareantes, só foi instalado trinta e quatro anos depois de estar instalada no forte a sede da Linha dos Fachos. (Amândio B. , 1995)

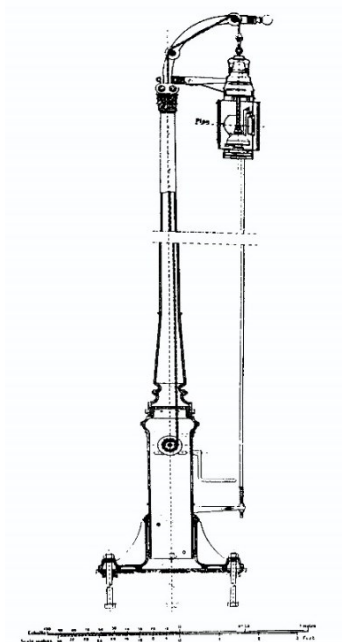


Figura 26 - Desenho do farolim que antecedeu o farol de Esposende

Fonte: Bernardino Amândio em O Forte de S. João Batista e o Farol de Esposende - Elementos para a sua história.

O método de iluminação era fornecido por uma luz a petróleo, em conjunto com Viana do Castelo, Ericeira, Belém, Medo Alto, Forte de Ilhéu e Ponta Delgada. (Amândio B. , 1995) Sendo assim este farol um dos primeiros do país a utilizar este avanço, pois até aqui o combustível utilizado era o azeite. O novo combustível fornecia uma luz mais forte oferecendo mais segurança aos navegantes. (Ferreira, 2007)

Em 1913, a Associação Comercial e Industrial de Esposende, fez um pedido ao Ministério da Marinha para que o farolim fosse substituído por um farol para que este pudesse realmente auxiliar os navegantes. A associação fundou o seu pedido pelo facto de que a luz era insuficiente e em nada auxiliava os marinheiros, tornando a costa perigosa. O pedido foi ouvido, mas apenas em 1920, realizando melhoramentos das instalações. Em 1921 é encomendado o atual farol presente na figura 29 à empresa “*Barbier, Bénard et Turenne*”¹³. No dia 10 de abril de 1925 entrou em funcionamento a torre cilíndrica metálica com 15 metros de altura, pintada de vermelho, destinada ao forte de São João Batista. (A.M.N.) Tem como características o corpo em ferro fundido com nervuras exteriores, para conferir mais resistência estrutural, com uma lanterna no topo com um aparelho nº2 (aparelho dióptrico e catadióptrico de 0,300m de diâmetro), com um bico de 2 torcidas de 12 linhas com iluminação em 270°. O foco luminoso tinha de altura acima do solo 8,20 metros e 13,9 metros, acima do nível do mar, a lanterna acendia e apagava com recurso a uma corrente com 13 metros de comprimento. Continha uma sereia dupla, com energia provida por quarenta cavalos a petróleo, que forneciam o som de aviso em caso de pouca visibilidade e perigo para os marinheiros. (SIPA I. d., 2011) Embora a sereia fosse um “chamamento” para os marinheiros, aos habitantes da área o som era ensurdecedor, conhecido como “ronca”, acabando assim por ser retirado do farol em 1978 e passado para um farolim no extremo da barra. (Ferreira, 2007)

¹³ “*Barbier, Bénard et Turenne*” - Empresa francesa fundada em 1862, com sede em Paris. Especializada na construção de faróis e lâmpadas técnicas. Foi a empresa líder do mundo durante o século XIX na construção de faróis, tendo fechado portas em 1984. (ParisTech, 2014)

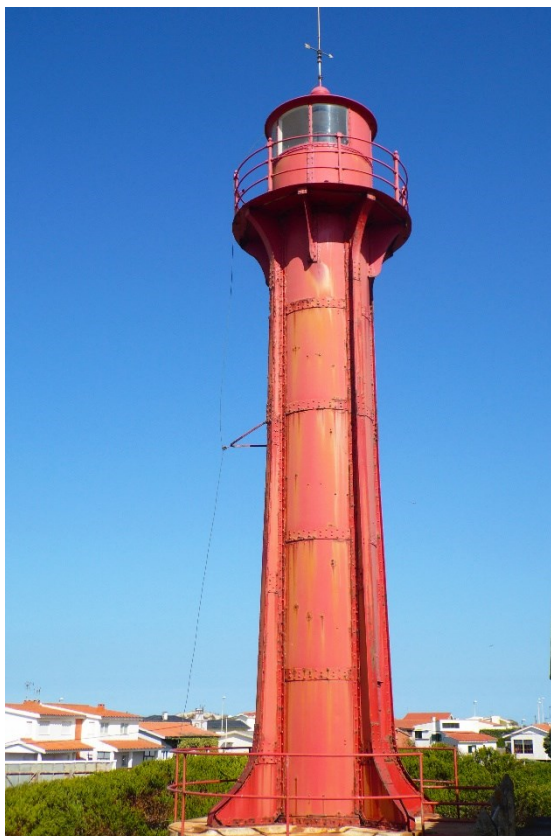


Figura 27 - Farol de Esposende na atualidade

Fonte: Fotografia retirada pelo autor



Figura 28 - Topo do Farol - Varandim e Lâmpada

Fonte: Fotografia retirada pelo autor

A torre metálica é um elemento essencial na costa, sendo dos faróis portugueses o mais baixo da costa. Denote-se que a iluminação inicial fornecida pelo farol era vermelha, derivado à sua fonte de combustão a petróleo.

Com os serviços associados ao farol, foram contruídas casas de apoio à farolagem. Este edifício teve obras de ampliação em 1916 e 1917. O farolim foi reabilitado em 1920 com o custo de 1.250\$00 e tento sido a obra registada na Serralharia Central, de Júlio Ferreira, sabemos, pelos seus registos, que foram pedidos um varandim, tendo o piso deste chapas em xadrez, aros de cantoneira e consolas para suportar o piso em xadrez, um gradeamento em volta, realizar a coluna para o farolim, uma escada em cantoneira, degraus em chapa xadrez e um corrimão para esta escada.

Mais obras foram financiadas em 1921 com um custo de 45.000\$00. Em 1926 foi encomendada à firma B.B.T. uma lanterna com 270° com refletor catadióptrico de 90°, duas torcidas, tendo aumentando o alcance de 10 para 13 milhas, com sete metros de altura focal, com o propósito de receber um aparelho de 5ª ordem de luz fixa, onde por cima da lanterna estaria instalada uma sereia dupla. É pedida também à empresa francesa uma sereia dupla do tipo “Milot”. Em

1925 terminam-se todas as obras e partir deste ano o farol manteve-se em funcionamento com a mesma torre metálica e os respetivos acessórios. (Amândio B. , 1995)



Figura 29 - 1951 -Farol de Esposende após a instalação das duas sereias, conhecidas como "roncas"
Fonte: SIPA - 21/02/2018 http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1247

A 9 de março de 1925, devido às alterações realizadas no farol é lançado um aviso aos navegantes, com o nº9 que descrevia o seguinte:

“Mudança de característica, alcance e altitude do plano focal da luz do Farol de Esposende;

Nº12 - A Direcção de Faróis comunica o seguinte:

A partir de 10 de abril do corrente ano, começará a funcionar em Esposende, na mesma situação da actual luz fixa vermelha, uma luz fixa branca de 10 milhas de alcance, em transparência média atmosférica, instalada numa torre circular de ferro, pintada de vermelho, encimada por uma plataforma com varandim, colocada sobre a lanterna do farol, onde estão alojados os dois pavilhões das sereias do sinal de nevoeiro, ficando o plano focal da luz a 12 metros acima do nível médio do Oceano, aproximadamente..”

(Amândio B. , 1995)

Finalmente em 1938 a iluminação passa a ser alimentada pela rede pública elétrica, passando a ter um alcance de 22 milhas. Nesse mesmo ano, as sereias foram substituídas por outras mais recentes que forneciam melhor rendimento. (Amândio B. , 1995) Atualmente, o farol é totalmente autónomo e tem um alcance de 21 milhas, sensivelmente 34 quilómetros. (Amândio B. , 1982)

Com as melhorias no conforto de vida da população, o pessoal da farolagem sentiu também esta necessidade no farol. Assim em 1943 foram construídas novas infraestruturas para a

habitação e depósitos de combustível, de material e uma casa de forja. Finalmente em 1980 todo o equipamento luminoso foi substituído por equipamentos modernos, passando-se a utilizar um novo sistema rotativo de monobloco de óticas seladas com reservas de alimentação e fonte luminosa integrada, todo o equipamento veio da empresa francesa B.B.T. Foi instalado também um detetor de nevoeiro com arranque automático do sinal sonoro, transformando o farol num elemento independente da intervenção humana. (Amândio B. , 1995)

Em 2003, a manutenção deixou de ser realizada por pessoal especializado que habitava nas edificações de apoio, passando a estar ao encargo do Farol de Montedor pertencente a Viana do Castelo. (A.M.N.)

O farol encontra-se situado na latitude $41^{\circ} 32',65$ N e longitude $08^{\circ} 47',35$ W. Gr. A sua luz é branca com ocultações R1 de 1,5 segundos, seguidos de ocultações de 3,5 segundos. O período é de 5 segundos. (Amândio B. , 1982)

4 - Conceitos sobre “Reabilitar”

Para que possamos compreender os diferentes conceitos relativos à Reabilitação, analisar-se-ão as cartas, convenções e recomendações internacionais, que têm como objetivo a proteção do património. Estes documentos, além de procurarem a preservação do património, são utilizados como fundamentos base para a conservação e restauro de monumentos e locais, estando intrinsecamente ligados com a Reabilitação e o Urbanismo. É essencial para a realização desta dissertação compreender estes conceitos, para que no âmbito projetual de reabilitação do Forte de São João Batista seja possível uma tomada de decisões previamente fundamentada e refletida.

4.1 Cartas

- **Carta Internacional de Atenas - Restauro de Monumentos**

Esta carta foi selecionada como tema do primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Atenas, Grécia, que se realizou de 17 de outubro a 21 de novembro de 1931. Durante este congresso, foram colocadas questões sobre a conservação e restauro dos elementos culturais e patrimoniais, tendo em consideração a legislação presente sobre a proteção e conservação de monumentos; os princípios gerais de diferentes áreas sobre restauração de monumentos; a componente temporal dos monumentos, nomeadamente a questão da sua degradação ao longo do tempo derivada de diferentes fatores, e a sua envolvente e nova utilização. (ICOMOS, Património Cultural, 2018)

Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e dos Sítios.

Esta carta continua atualmente a ser utilizada e aceite universalmente devido à sua clareza e rigor. Foi realizada em Veneza, Itália, de 25 a 31 de maio de 1964, no segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Apresenta uma alteração bastante significativa em relação à Carta de Atenas e ao conceito de património. A alteração consiste, para além do já previsto na Carta de Atenas, que os conjuntos patrimoniais construídos em tecido urbano possam também ter o carácter de património para serem preservados como um. A nova carta, relembra ainda, problemáticas da reutilização do edificado e a adequação de diferentes programas ao contexto envolvente ao monumento, eliminando em todas as hipóteses a alteração ou destruição do monumento para integração de um novo programa. (ICOMOS, Carta de Veneza, 1964)

- **Recomendação relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a sua Função na vida Contemporânea.**

Com a realização da décima nona conferência geral da Organização nas Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura em Nairobi, Quênia, de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976, os conceitos de “conjunto histórico tradicional” e de “salvaguarda” passam a estar mais

clarificados. Determina-se, que um conjunto histórico ou tradicional, será todo um grupo de edificações e de espaços, com utilização humana, em todos os locais de implantação, quer sejam rurais ou urbanos. Necessitam de conter valor patrimonial, arquitetónico, histórico, estético ou sociocultural, que confirmem características únicas para determinar em edificado como conjunto histórico ou patrimonial.

Determina-se que “salvaguarda” tem como objetivo a identificação, proteção, conservação, manutenção e revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais, dentro do seu enquadramento, respeitando a vivência do local, contudo nunca desvirtuando o objeto a cuidar. Os novos conceitos têm como finalidade, para além do já descrito anteriormente, considerar também que cada conjunto e a sua envolvente são unos, coerentes e com um equilíbrio único, cuja interligação dos elementos compreendem todas as vivências e memórias do local e da população. (ICOMOS, IPHAN, 2018)

- **Carta para a Conservação dos Sítios com Significado Cultural.**

Esta carta, conhecida também por Carta de Burra, é utilizada pelo ICOMOS na Austrália, em especial no *The Australian National Committee of ICOMOS*, a 19 de abril de 1979, em Burra, Austrália. Este documento refere e determina os significados e objetivos de conservação, manutenção, restauração, reconstrução, preservação e adaptação. Em comparação, com a Carta de Veneza, a Carta de Burra, adapta as definições, tornando-as mais concretas e precisas sobre termos técnicos, tornando o estudo sobre este tema cada vez mais aprofundado. (ICOMOS, 5 Cidade, 2018)

- **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas**

A Carta de Washington, utilizada também pela Assembleia Geral do ICOMOS, de 7 a 15 de outubro de 1987 em Washington D.C., nos Estados Unidos da América, vem definir os princípios regentes para a proteção de cidades históricas e áreas urbanas. Determina que é necessário ampliar a definição e conhecimento sobre património histórico, em comparação à Carta de Veneza. Aumentam-se as características intrínsecas de carácter histórico quer de uma cidade, quer de uma área urbana, tendo em atenção novos elementos como materiais, padrões urbanos, características interligadas à cidade como vias e lotes; a relação entre os espaços, especificamente entre edifícios e espaços vazios; análise ao edificado relativamente à sua escala, estilo, material, cor e estética. É tida em consideração a envolvente e a implantação contruída na sua relação com o espaço vazio ou natural. (ICOMOS, Património Cultural, 2018)

- **Carta Internacional para a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico.**

Realizada pelo *International Committee for the Management of Archeologic Heritage* e aprovada na nona Assembleia Geral de *Lausanne*, Suíça, em 1990. Esta carta vem alterar os processos utilizados até este momento, torna claro que todas e quaisquer definições técnicas são sempre mais eficazes quando realizadas por uma equipa multidisciplinar de profissionais e especialistas, interligando também a comunidade local, atingido resultados muito mais

benéficos para o objeto a cuidar. Esta carta deixa descritos os passos a seguir em caso de património arqueológico; como se deve proceder às escavações, executar processos de investigação para a determinação do melhor plano para garantir a total conservação do património; e determina que é imperativo deixar parte da escavação por descobrir para que esta possa ser utilizada em futuras investigações. (ICOMOS, IPHAN, 2018)

- **Documento de Nara sobre a Autenticidade.**

Adotado na Conferência de Nara, no Japão, entre 1 a 5 de novembro de 1994, o Documento de Nara reforça a autenticidade, num conceito abrangente devido às constantes preocupações e novas questões relativas ao património cultural, tendo fundamentação na Carta de Veneza. Determina que qualquer intervenção em património deverá ter como objetivo a recuperação quer do edificado quer do conjunto, apresentando sempre as suas características intrínsecas, nunca alterando a sua essência. (ICOMOS, Cultura Norte, 2018)

- **Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído.**

Carta realizada em Cracóvia, Polónia a 26 de outubro de 2000, é um documento que define os princípios para a preservação e restauro do património edificado. Descreve e caracteriza os métodos base de intervenção, para garantir o melhor estado do património, tendo como objetivo a conservação em qualquer local de implantação, mantendo sempre a sua autenticidade e integridade, definindo que todo e qualquer projeto que intervenha tenha sempre um plano preciso com métodos e objetivos bem delineados. Este documento deixa também bem explícitas novas definições sobre Património, Monumento, Autenticidade, Identidade, Conservação e Restauro. (ICOMOS, Património Cultural, 2018)

- **Declaração sobre a Conservação do Entorno Edificado, Sítios e Áreas do Património Cultural.**

Documento adotado em Xi'an, na China, a 21 de outubro de 2005, apresenta novos elementos sobre a conservação da envolvente ao património, identificando elementos físicos, naturais e visuais, mas também questões ligadas com a memória da população, os costumes e crenças. Expressa também um cuidado redobrado relativamente à proteção e valorização das técnicas tradicionais ou outras formas de expressão que valorizam o património. (ICOMOS, Icomos, 2018)

- **Declaração de Québec sobre a Preservação do “*Spiritu loci*”.**

Declaração, adotada a 4 de outubro de 2008 no Québec, Canadá. Este documento, além de prever métodos de cuidado para com o património, apresenta uma nova questão, a seção “Repensar o Espírito do Lugar”. Este “*é definido como os elementos tangíveis (...) e intangíveis (...) os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar*”. (ICOMOS, Património Santarém, 2018, p. 2) A declaração enaltece as questões referentes à conservação da envolvente natural, física e visual, onde estes três elementos estão interligados. O espírito

do lugar engloba em si múltiplas interpretações, vivências, e significados. (ICOMOS, Património Santarém, 2018)

Analisando os documentos aqui referenciados, repara-se que não é determinado nenhum processo exclusivo para os diferentes tipos de intervenções. Constata-se que é necessário sempre um estudo prévio das necessidades do objeto, adequando diferentes processos a diferentes necessidades, tendo sempre como linha orientadora o melhor objetivo possível de conservação para as gerações futuras. São compreendidas novas questões não só relativas ao monumento mas também à sua envolvente que lhe confere a identidade e o interliga ao local, sendo um marco no território onde se insere. Estes documentos reforçam a necessidade de manutenção e preservação destes monumentos, não só pelo seu carácter único mas também para que possam novamente fazer parte dos locais onde se inserem, adaptando-se às novas carências contemporâneas, contudo sem nunca destruir os seus atributos.

4.2 Graus de Intervenção

Procurando uma análise precisa e concreta ao projeto a elaborar, abordando princípios de proteção e manutenção de monumentos, já referidos anteriormente, incidimos agora em conceitos específicos selecionados na projeção e intervenção em património arquitetónico. Estes conceitos têm como alicerce as cartas e documentos redigidos no *Internacional Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), determinando e especificando diversas definições e modos de intervenção.

Os graus de intervenção são fundamentais para compreender e propor uma reabilitação ao Forte de São João Batista, revitalizando o monumento e integrando-o novamente na malha urbana que se desenvolveu ao longo de décadas. Sendo o objetivo intervir no edificado é essencial analisar e rever as definições base previstas, para que a intervenção se transforme no melhor resultado possível para o projeto, mantendo as suas virtudes e características individualistas.

- **Conservação**

Método que visa a indicação de técnicas e modos de intervenção no restauro, tendo como objetivo a preservação da autenticidade do património, incluindo em si, todos os aspetos ligados ao património, isto é, o objetivo é não só conservar o edificados mas todos os elementos englobados, como mobiliário ou materiais, conservação do aspeto original na totalidade. (Miranda, 2015, p. 16) Este aspeto implica também a utilização de outras ferramentas como o restauro, requer também um cuidado continuado para que seja possível garantir a conservação evitando novas degradações e abandonos.

- **Manutenção**

De modo a que seja possível a conservação do património, primeiramente é necessário realizar manutenções contínuas de modo a assegurar a preservação dos monumentos. A manutenção deve ainda, ser planeada de modo a evitar possíveis danos irreversíveis ou bastantes prejudiciais. Uma boa e regular manutenção não se aplica apenas ao edificado ou monumento, é necessário também, realizar a manutenção da envolvente diretamente interligada. Em caso de que a paisagem envolvente se encontre em estado natural é imperativo manter o seu aspeto, para que o monumento não seja desvirtuado e não ocorram novas construções ou outras modificações que alterem a relação e a memória da paisagem. (ICOMOS, Carta de Veneza, 1964)

- **Restauro**

Restaurar um monumento ou edifício é assegurar que partes danificadas são reparadas do modo mais benéfico possível. Assume-se a interligação com outros graus de intervenção que ao longo do tempo irão assegurar as características que conferem valor ao património. Deste modo, para garantir o restauro é necessário ter manutenção, pois restaurar é preservar todos os valores do monumento.

- **Recuperação**

Recuperação engloba um conceito mais abrangente, pois recuperar um monumento é readquirir elementos e características que já não existem ou estão em péssimo estado de conservação. Para que seja possível recuperar os diversos elementos distintos, que conferiam características ao edifício, são necessárias outras ferramentas como o restauro, para que seja possível recuperar a identidade do edifício.

- **Reconstrução**

Relacionando com o caráter de preservação dos monumentos, a reconstrução tem como objetivo voltar a fazer algo existente, que por inúmeras razões já não existe. Embora possa parecer uma ideia ingénuas, pois o edifício não será o monumento mas sim uma réplica, contudo em casos particulares, como em conjuntos patrimoniais, este facto pode ser bastante relevante para reunir ou conferir novamente as características existentes. Para voltar a construir um edifício com este carácter é necessário não só proceder à construção da réplica, mas também, relacionar conceitos como o restauro e a reabilitação para que o novo edifício possa recuperar as características enão ser apenas uma réplica despromovida de sentido.

- **Requalificação**

Requalificar é um conceito mais abrangente do que associado apenas diretamente a um edifício. Este conceito significa repensar e intervir no existente, de modo a recuperar antigas funções e utilizações espaciais, como recuperação de programa do edificado existente. Normalmente este conceito associa se a uma melhoria dos espaços, resultando numa nova vitalidade e qualidade espacial capaz de retomar a utilização do edifício. Requalificação está interligada também com outras características como a envolvente urbana, qualidades sociais e

económicas das áreas envolventes. Exemplo de casos onde ocorre a requalificação de bairros, vias ou outros elementos urbanos que resultam numa melhor apropriação do espaço público.

- **Reabilitação**

Sendo um método de intervenção bastante utilizado na atualidade, reabilitar é garantir uma nova existência de um edifício, que por inúmeras razões, passou a estar desocupado e despromovido de sentido e função. Derivada da recorrente falta de ocupação, estes edifícios vão-se degradando e perdendo qualidades e características intrínsecas. Assim, uma reabilitação é necessária para considerar e cuidar do existente, mas garantir uma função e adaptação urbana e social de modo a impedir um novo abandono no futuro.

Para que a salvaguarda do património garanta que as gerações futuras possam também contemplar os monumentos, é necessário aplicar e intervir com os conceitos já referidos. Estes conceitos estão relacionados com outros critérios associados à conservação como a reversibilidade, durabilidade, eficácia, e eficiência. Estes princípios auxiliam no processo de decisão para a integridade do monumento e outros aspetos com a história e memória.

Analisando as definições descritas neste capítulo e as conclusões possíveis de retirar dos vários documentos e cartas, para a realização do projeto de reabilitação do Forte de São João Batista iremos selecionar o conceito de reabilitação por ser o mais adequado a este edifício, visto que o seu estado atual de conservação não é o mais desejável, contudo ainda está íntegro.

Seguindo o conceito dos graus de intervenção, considera-se necessário desenvolver estratégias de projeto de modo a garantir uma intervenção que não desvirtue as características do forte. A proposta de intervenção visa ter cuidado histórico, cultural, arquitetónico e paisagístico, de modo a que a proposta que se irá apresentar possa resultar num novo conjunto arquitetónico positivo para o monumento, população e cidade.

4.3 Estratégias

Ao definir possíveis estratégias para o decorrer projetual, a abordagem aos critérios de intervenção deve analisar as questões relacionadas com reabilitação e conservação para o objeto de estudo. É de importante relevância compreender os conceitos e retirar, da análise, princípios que auxiliem a orientar a nova proposta de intervenção no Forte de São João Batista.

Analisando diferentes estudos sobre este tema, M. Correia, em *Conservation in Earthen Heritage*, apresenta a sua opinião sobre os critérios de conservação, onde refere não existir um rigor total na definição relativa a estes critérios. (Correia, 2016, p. 99). A autora afirma, com base na Carta de Nara, em concreto no artigo 11º, que para cada projeto os critérios são variáveis, (deveriam ser sempre para assegurar os mais adequados) e que como fatores variáveis temos os objetivos, os recursos disponíveis, o projeto arquitetónico, entre outros.

Em *A History of Architectural Conservation*, J. Jokilehto apresenta uma nova perspectiva relacionada com a autenticidade, onde as noções de mudança e continuidade são apresentadas. O autor afirma que uma obra autêntica é diretamente relacionada com a contribuição artística, inovadora e criativa que oferece. A integridade, segundo o autor, nestes casos, afirma-se como as qualidades e características presentes e valorizadas num ambiente, (Jokilehto, 1986) estando diretamente relacionada com a autenticidade.

Procurando a preservação do Forte de São João Batista é necessário reconhecer o seu valor enquanto património, mas também o valor da região e do local onde se insere. Tendo património de origens diversas, desde arquitetónico (o próprio forte em si), arqueológico (mamoas) e natural (Parque Natural do Rio Cávado), compreende-se que todo este património se observa como um conjunto que é necessário recuperar e manter, para que esta relação continue e possa valorizar todo o conjunto arquitetónico e as suas características. Todos estes elementos são representações físicas da época em que foram construídos e representam diversos contextos sociais, económicos, culturais e urbanos.

A criação de estratégias para a conservação do conjunto e identidade do lugar é essencial para que se possa evitar uma maior degradação e controlar questões urbanísticas, como a expansão construtiva, que pode alterar, drasticamente, a envolvente e ameaçar o estado de conservação do monumento. Com todos estes fatores em consideração, é possível tecer reflexões sobre a preservação, recorrendo a um projeto capaz de manter a integridade do conjunto e encontrar uma nova utilização e função para auxiliar, não só na preservação do monumento, mas também para a sua inserção na malha urbana de modo mais cuidado, evitando futuros abandonos ou perdas de características do monumento.

No projeto desenvolvido é importante ter em consideração a distinção entre o novo e o antigo de modo a evidenciar e apresentar a nova proposta de modo assumido e direto. Os novos materiais terão em consideração os materiais preexistentes e a envolvente como conjunto, para que a materialidade possa ainda destacar todas as marcas temporais existentes no monumento e conjunto.

O forte de São João Batista está totalmente exposto a um processo de degradação contínuo, sendo imperativa a sua conservação. É uma situação precária que confere, a cada dia, perda de identidade patrimonial e paisagística. São danos acumulados ao longo dos anos e constata-se que estas marcas estão cada vez mais visíveis, conduzindo a riscos de ruína.

Para a intervenção projetual ter como finalidade a preservação do conjunto patrimonial, são necessárias ações, que iniciam, desde a conservação até a execução do projeto. Ações que garantem um novo funcionamento, uso e reinserção na malha urbana. Deste modo, é relevante a análise efetuada aos planos e cartas de modo a propor estratégias para o Forte tendo como critérios a autenticidade, integridade e a homogeneidade.

- **Autenticidade**

A autenticidade é bastante referenciada em inúmeras cartas e documentos internacionais sobre a preservação do património, contudo, existem diversas vertentes de reflexões sobre o tema. A autenticidade e a conservação estão intrinsecamente conectadas pois para que seja possível salvaguardar as características do património é necessário proceder à conservação ao longo do tempo. A conservação assegura, que os elementos autênticos estéticos e históricos permanecem no património, fazendo com que o edificado mantenha a sua autenticidade, salvaguardado o seu contributo histórico para gerações futuras.

O documento de Nara apresenta que o papel da conservação é a salvaguarda do património histórico, analisando Correia, esta refere que a autenticidade não pode ser reduzida apenas aos aspetos formais e técnicos, mas deve ser incluída noutras perspetivas de compreensão dos fatores culturais e coletivos das sociedades. (Correia, 2016, p. 83) Conforme o património, a forma e a evolução do monumento ao longo do tempo, marcam fortes características. Estes impactos colidem nas tradições, técnicas, localização, enquadramento e memória das populações e locais onde estão inseridos. Com a autenticidade é apresentada uma fisionomia importante, muitas vezes esquecida, de que um monumento é muito mais do que os aspetos arquitetónicos, relembrando sempre o lado repleto de memórias e experiências, conforme a Declaração do Québec apresenta a preservação do “*Spiritu Loci*”.

Segundo Correia, a autenticidade de um monumento não pode ser analisada unicamente pela sua materialidade. A presença do lugar é marcada pelo Homem, que se relaciona espacialmente com o monumento e o lugar onde este se encontra, o Homem relaciona-se com o conjunto patrimonial produzindo lembranças e sensações que se projetam na autenticidade na população local.

- **Integridade**

Relativamente à integridade, esta afirma-se no património quando observamos um conjunto com todas as suas características. O conjunto é composto pelo património e pela sua envolvente e atributos. Segundo Correia, a integridade está relacionada com o local ou conjunto quando este é uno e indivisível. A autora afirma, segundo a Carta de Veneza, que a materialidade e os elementos que constituem o monumento só podem ser retirados se se comprovar que é o único meio de garantir a preservação do património. (Correia, 2016, pp. 83,84)

Observando outro ponto de vista, segundo Córias, as intervenções de conservação no património arquitetónico conduzem sempre a conturbações da harmonia em que este se encontrava, levando à perda de integridade e autenticidade. Assim o autor afirma que qualquer intervenção deve ser eficaz e mínima, de modo a atingir os objetivos, para que o monumento possa manter-se fiel à sua existência. (Córias, 2006)

- **Homogeneidade**

Esta estratégia relaciona-se com a uniformidade e identidade, como um elemento singular a homogeneidade é a parte completa em todos os sentidos, contudo cada parte pode explicar o geral, visto que em conjunto transmitem uma identidade e unidade.

Correia refere que a intervenção no património deve ter em consideração as potencialidades existentes no lugar, para que não desapareçam partes da unidade, tendo como questão essencial os aspetos históricos e estéticos. A autora exprime que o monumento, como unidade, não pode ser o elemento transformador dos locais como uma marcação temporal, isto é, não se deve utilizar esta unidade de modo a converter todo um lugar numa única marca temporal.

Para que a conservação no Forte seja possível, deve-se ter como objetivo, uma proposta adequada às carências existentes no monumento. É necessário que as estratégias descritas anteriormente sejam capazes de ter em consideração a função, história e utilização do objeto de modo a que o resultado a propor possa ser o mais adequado.

5 - Analisar para Compreender - Estudos de Caso

5.1 Forte de São João Batista de Vila do Conde

- Forte de São João Batista - Localização

A obra selecionada, também denominada de Forte da Nossa Senhora da Assunção (Fortalezas, 2018), localiza-se na foz do rio Ave, freguesia e concelho de Vila do Conde, distrito do Porto. Situado a Noroeste de Portugal, é banhado pelo Oceano Atlântico e rodeado pelos municípios de Pova do Varzim, Vila Nova de Famalicão, Trofa, Maia e Matosinhos.

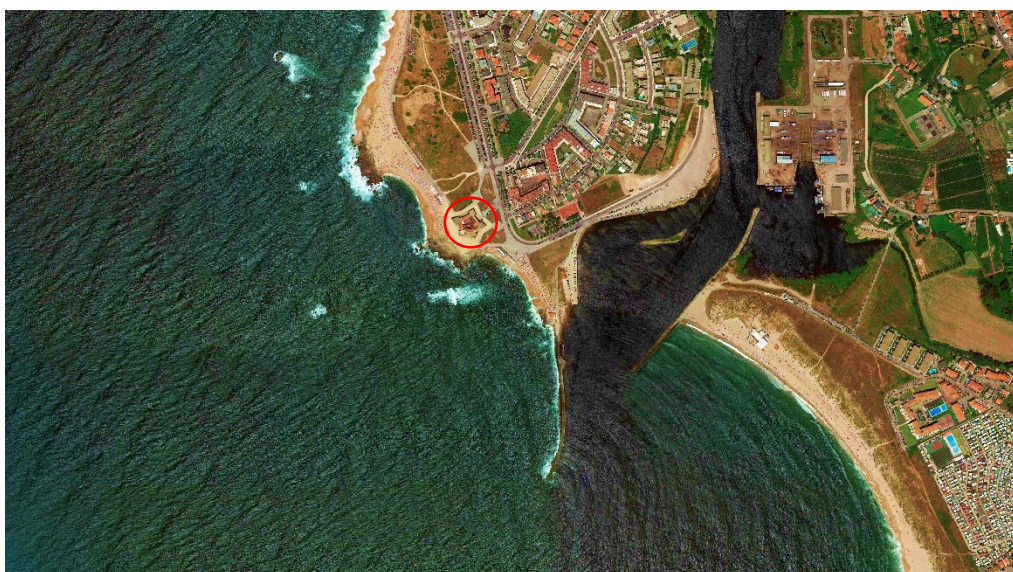


Figura 30 - Localização do Forte de São João Batista de Vila do Conde
Fonte: Google Earth

A cidade e o seu centro histórico têm sido alvo de vários projetos de intervenção que visam uma melhor qualidade urbanística. Estes projetos de requalificação foram nomeadamente, a reabilitação do espaço público da zona histórica, recuperação do Convento do Carmo, modernização da frente marítima, requalificação do Aqueduto de Santa Clara e de outros edifícios de interesse, com o objetivo de instalar novas funções impulsionadoras da localidade, desde socioculturais a socioeducativas. Deste modo, observa-se que a cidade vai melhorando as suas qualidades e distinguindo-se, revitalizando as suas características apoiando novas iniciativas. (Lopes, 2012, p. 75)

- Forte de São João Batista - Monumento

Oriundo de questões defensivas, com o aumento do fluxo marítimo ligado ao porto da cidade e a importante localização geográfica, o Forte de Vila do Conde é erguido no final do século XVI,

por ordem régia do Rei S. Sebastião. Como muitos fortes ao longo da costa nacional, este forte foi construído com a finalidade de evitar ataques marítimos à costa do burgo de Vila do Conde. O edifício de estrutura maciça abaluartada, trás consigo, não só defesa, mas também é símbolo do futuro crescente do comércio internacional português.

Sendo imóvel de interesse público desde 6 de setembro de 1967, atualmente o forte encontra-se em bom estado de conservação e aberto ao uso público. (SIPA, 2018)

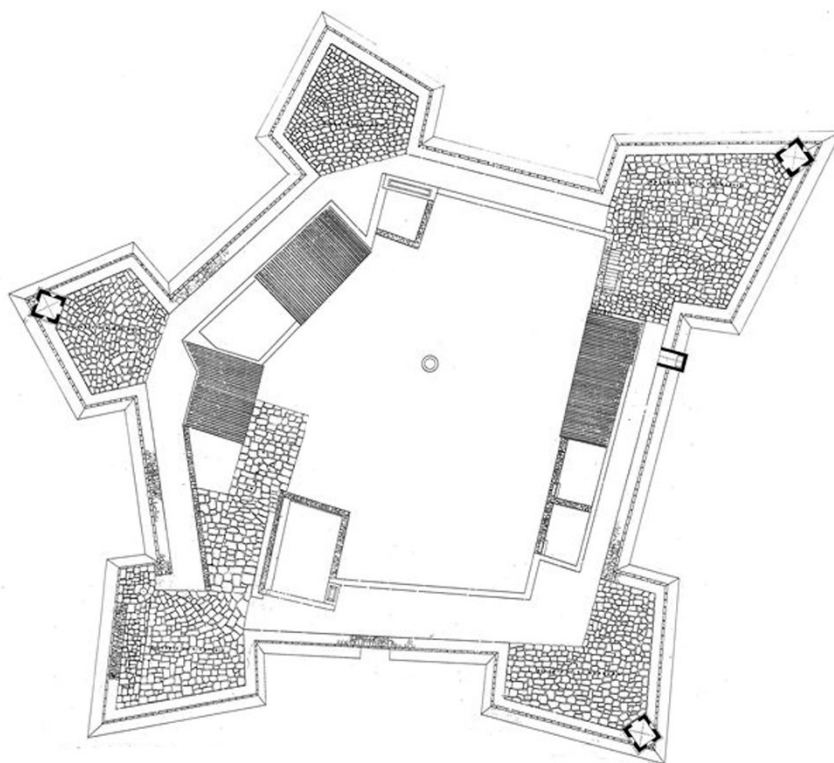


Figura 31 - Planta do Forte de São João Batista de Vila do Conde

Fonte: SIPA - Consultado a 18/05/2018

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5384

Programa original: Arquitetura militar

Novo programa: Unidade hoteleira

Ano: 1996

Arquitetos: *Filipe Terzi*, (autor) António de Vila-Lobos, Paulo Lobo e *Amedeo Mandolesi* (unidade hoteleira).

- **Forte de São João Batista - Análise**

O forte, da segunda metade do século XVI, teve uma intervenção de requalificação no século XX, em especial nos anos 90. O edificado foi recuperado da ruína, tendo sido transformado numa unidade hoteleira com vista privilegiada sobre o Rio Ave e o Oceano Atlântico. Atualmente

mantem o mesmo programa e apresenta-se como um espaço multifuncional e dinâmico 365 dias por ano.

Relativamente à arquitetura do forte, este integra-se no conjunto arquitetónico dos fortes de beira-mar, como o Forte de São João Batista de Esposende. Tendo características típicas de um forte do século XVI é abaluartado e pentagonal com muralhas de pedra. Dos cinco baluartes, apenas três têm guaritas de vigia em planta quadrangular.



Figura 32 - Forte de São João Batista de Vila do Conde - Vista exterior
Fonte: Junta de Freguesia de Vila do conde - Consultado a 18/05/2018
<http://www.jf-viladoconde.pt/pagina/1/11>

A nova proposta apresenta o critério que foi seccionado para a proposta de reabilitação. A autenticidade é possível observar neste projeto a partir do aspeto e da materialidade, onde os arquitetos decidiram conferir aspetos fortalecedores à história do imóvel. O projeto tem como objetivo a procura formal original do edifício e é possível observar este aspeto pelas inúmeras fotografias captadas e pela memória projetual onde estão referidos todos os aspetos, desde a forma original em ruína, até todos os novos elementos que vêm conferir identidade ao monumento.

Este forte, durante o tempo em que esteve ativo, teve apenas um papel de armazenamento e defesa. Arquitetonicamente é um edifício muito preciso e funcional, pois neste tipo de arquitetura o essencial era a defesa e função e não a beleza ou estética resultante, contudo, era importante a geometria utilizada ser precisa e objetiva de modo a cumprir a sua função na plenitude.

Na nova proposta observa-se que a estrutura original está totalmente presente sem alterações significativas. Os espaços resultantes do novo programa apresentam materialidades pensadas para coexistirem com a cantaria original. (Lopes, 2012, p. 60)

Programaticamente, no piso rés-do-chão mantiveram-se as funções de serviço como Casa do Comando, Paiol, Armazém e Quartel da Tropa. Estes elementos do programa original, no atual, não sofreram alterações físicas muito significativas, embora tenham uma função inteiramente diferente. No primeiro piso temos o acesso principal ao Forte e as funções mais nobres da

unidade hoteleira, como salões de restauração e quartos dos hóspedes. Todos os espaços neste piso são servidos por um amplo pátio comum, embora tendo zonas comuns, estas são totalmente independentes. O aspeto mais interessante, turisticamente, são os miradouros existentes, nos cinco baluartes e três guaritas, que oferecem uma nova visão espacial da cidade e do rio.

O património é um elemento base na nova proposta arquitetónica, tendo o novo projeto de se adequar às existências, tendo adquirido parte das suas características e materialidades. A proposta ajusta-se à escala, tonando-se una com as preexistências. As definições e bases programáticas já estavam realizadas, logo o novo projeto adaptou-se e infiltrou-se no objeto de estudo. O programa novo ajustava-se perfeitamente à preexistência, contudo foram necessários ajustes, de modo, a conseguir cumprir todos os objetivos, ajustes que embora sejam significativos para o programa não tiveram qualquer impacto formal no edifício existente. (Lopes, 2012, p. 61)

Os espaços interiores renovam-se com a nova função, é aproveitada a área, sendo reorganizada e alterada para que possa, nesta nova utilização, ser habitada. Neste projeto denota-se que além de existir o cuidado com a preexistência esta é parte integrante do projeto, para que este seja coeso e uno. O património é compreendido com um elemento temporal carregado de memórias e assim assume-se a sua materialidade que é conservada e possível ainda de observar com o novo projeto. A reabilitação não só conferiu novas vivências ao Forte, como apresentou novos pontos de vista.



Figura 33 - Guarita presente no Forte de São João Batista de Vila do Conde
Fonte: Fortalezas.org - Consultado a 18/05/2018
http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=667&muda_idioma=PT

Para o exterior, foi projetado um arranjo urbanístico que inicia o modo como o utilizador observa o edifício. É um elemento importante neste tipo de reabilitações, pois quando o

edificado é, por si só, uma fonte de memória é bastante importante ter em consideração toda a sua envolvente, pois caso esta seja alterada, altera também todo o modo de compreender o edifício no seu verdadeiro contexto.

O projeto além de melhorar o estado de conservação do património, melhora todas as relações que este tinha com a envolvente, malha urbana e relações visuais externas. O facto de o programa ter tido a sensibilidade de se ajustar ao existente, no caso dos baluartes onde estes na atualidade passam a ser zonas de estar, sublinha as relações existentes do local com o novo contexto, assim mesmo tendo sido a perceção física do lugar alterada a memória espacial manteve-se. Este aspeto reforça a importância da relação entre o edificado e a envolvente, sobre a conexão de integração do Forte na malha urbana e na vida da cidade.

5.2 Castelo da *Coracera* em *San Martín de Valdeiglesias*

- **Castelo da *Coracera* - Localização**

Projeto, por *Carlos de Riaño Lozano*, localiza-se em *San Martín de Valdeiglesias*, a 78 quilómetros de Madrid, Espanha. O castelo é um exemplar de arquitetura militar construída no século XV e atualmente encontra-se em bom estado de conservação devido a diversas obras de reabilitação no século XIX e mais recentemente em 2010.

San Martín de Valdeiglesias está localizado no extremo de Madrid e faz fronteira com Ávila e Toledo.



Figura 34 - Castelo da *Coracera*

Fonte: *Castillos del Ovido* - Consultado a 24/05/2018

<http://castillosdelolvido.com/castillo-de-san-martin-de-valdeiglesias/castillo-de-san-martin-de-valdeiglesias-2/>

Atualmente a cidade oferece bastantes atrações para todos os públicos. Situa-se nas redondezas de uma das melhores praias de Madrid, onde é possível encontrar o Club Náutico Marina Real de Madrid, estando assim, a cidade privilegiada com o melhor que a natureza pode oferecer.

Desde a construção do Mosteiro de Santa *María la Real de Valdeiglesias* e do Castelo da *Coracera* a cidade nunca parou de evoluir económica e culturalmente. Para além das áreas recreativas e culturais que a cidade oferece, exhibe também um lado natural com a produção de vinhos e outros elementos agrícolas. O turismo nestas áreas solidificou, em especial no século XX devido a colónias de verão.

Como atrações naturais a cidade oferece uma fauna e flora abundante e atividades desportivas como no Pantano de *San Juan*. Com a Floresta Encantada como nova atração turística, o território enriqueceu bastante por exhibir diversas espécies naturais num belo jardim botânico.

Além do já referido, a cidade contém um vasto património arquitetónico histórico, desde o castelo até igrejas e ermidas, tendo diversos elementos de interesse cultural repletos de marcos históricos. (Madrid, 2018)



Figura 35 - Ermita de *Ecce Homo* em *San Martín del Valdeiglesias*

Fonte: *Una Ventana desde Madrid* - Consultado a 24/05/2018

<https://www.unaventanadesdemadrid.com/san-martin-de-valdeiglesias.html>

- **Castelo da *Coracera* - Monumento**

Quanto ao Castelo da *Coracera* afirma-se que a obra foi mandada erguer por *Álvaro de Luna* no século XV¹⁴ como residência. As historiadoras *Reyes Garcia* e *Natividad Sánchez* referem que a

¹⁴ *Álvaro de Luna* - (1390-1453) - Político e escritor castelhano de origem aragonesa. Pertencente à corte real espanhola, tendo sido protegido do Monarca *Juan II* de Castela e Leão. Anos mais tarde *Álvaro*, líder de um partido monarquista, virou-se contra *Juan II* e este, pela

obra militar tem dados antecedentes, do século XII. Além do seu proprietário original e dos seus herdeiros, habitou ainda neste edifício a Rainha Isabel Católica¹⁵ quando foi proclamada Rainha da Coroa de Castela. Anos mais tarde o castelo foi adquirido por *Antonio Corcuera*, que por infortúnios de má escrita, o Castelo de *Corcuera* passou a ser da *Coracera*. (Fraguas, 2008)

Com a entrada do século XIX, o castelo foi saqueado e destruído por tropas francesas até que, cerca de um século mais tarde, foi adquirido pelo Barão do Sacro Lírío, que foi reconstruindo intensivamente o edifício. Após este proprietário, o castelo ficou sem rumo fixo até à atualidade, cuja pertença é partilhada pela cidade e por *José Fernando Cornejo*. O proprietário de metade deste edifício é um “mecenas” local que foi tentando apresentar na cidade o valor patrimonial existente no castelo, expondo no interior do edifício eventos culturais e exposições de arte. (Fraguas, 2008)

O Castelo é composto por uma planta quadrangular, com paredes em alvenaria de pedra e quatro torres, uma delas de menagem. A torre de menagem é o volume principal do conjunto, em planta quadrangular, com uma espessura, em paredes de alvenaria, com cerca de três metros, tendo vinte metros de altura.

O piso térreo já conteve uma adega, com um teto abobadado construído em tijolo maciço rebocado. Os acessos encontram-se em partes elevadas do terreno por questões de segurança. O acesso principal era efetuado por uma escada desmontável, que em caso de perigo, poderia ser retirada. O segundo acesso é realizado a nordeste por uma ponte elevada que conecta com uma torre denominada de *Albarrana*. (Fraguas, 2008)

A partir de uma escada em caracol, criada com a nova proposta, alcança-se dois pavimentos nobres. No primeiro pavimento é possível o acesso à muralha de modo direto. Este pavimento apresenta-se como a sala principal do edifício.

A sala superior, presente no segundo piso, apresenta uma cobertura abobadada, onde existiam aberturas medievais que chocavam com aberturas contemporâneas, apresentando uma falta de cuidado para com o património. Todos os vãos que foram considerados inadequados, foram fechados ou reduzidos de modo a se integrarem com a natureza do edifício. Os vão podem fechar com auxílio de perfis de aço inoxidável tratado com jatos de areia. Estes perfis são

traição que lhe foi causada, manda por ordem régia decapitar Álvaro de Luna na cidade de Valladolid. (Biografías y Vidas, 2018)

¹⁵ Rainha Isabel Católica - (1451-1504) - Rainha conhecida pela sua coragem e valentia. Subiu a um trono despojado e desunido aos 23 anos. Conhecida também por “Mulher cruzada” por ter montado a cavalo e usado fardamento militar, enquanto grávida, para pedir soldados para defender a sua luta contra o Rei de Portugal Afonso V e assim proclamar o trono. Viveu uma vida dedicada ao cristianismo e às cruzadas. Faleceu como rainha de um país unido, cujo acreditava que Isabel era santa. (Dufaur, 2016)

móveis e reversíveis para que seja sempre possível contemplar a arquitetura medieval e deixar o menor impacto possível no edificado.

A antiga adega já referenciada, foi apresentada no novo programa como mostruário de vinhos e degustação, apresentando os sabores locais. Esta área tem um acesso exterior independente. Para que o carácter da sala abobadada não desvanecesse, foram criadas estruturas metálicas para o mobiliário necessário ao funcionamento da adega. Este mobiliário é livre e independente da arquitetura apresentando um carácter móvel.

Para que a intervenção respeitasse a identidade do edificado, todos os materiais, como alvenarias, foram deixados aparentes. As alvenarias originais foram lavadas e requalificadas de modo a integrarem todo o conjunto de modo natural. As abobadas em tijolo aparente foram rebocadas, pois o seu estado de conservação não permitia que o material ficasse mais exposto. (Archdaily, 2017)

Interligando a sala principal com o exterior existe uma escadaria em aço corten, possível de observar na figura 38.



Figura 36 - Escadaria de acesso em aço corten.

Fonte: Archdaily.com - Consultado a 29/05/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/805184/reforma-no-castelo-da-coracera-riano-plus-arquitectos/5862c285e58ece8821000006-coracera-castle-rehabilitation-riano-plus-arquitectos-image>

Programa original: Arquitetura militar

Novo programa: Museu do Vinho da Comunidade de Madrid

Ano: 2010

Arquitetos: *Riaño* + Arquitectos

- **Castelo da Coracera - Análise**

Para atingir o estado de conservação atual o castelo sofreu duas fases de intervenção, uma em 2008 e outra em 2010. A intervenção ocorrida em 2010 é a mais notória e a que conferiu um programa adaptado às necessidades da nova função e às carências da preexistência.

Devido a ser uma obra pública com dois proprietários distintos, esta teve de ser faseada. Além deste aspeto, o edifício, em particular a fachada da torre de menagem, encontrava-se em mau estado de conservação, levando à urgente necessidade, em 2008, de requalificar a estrutura para que esta ficasse segura e fora do risco de ruína. (Archdaily, 2017)

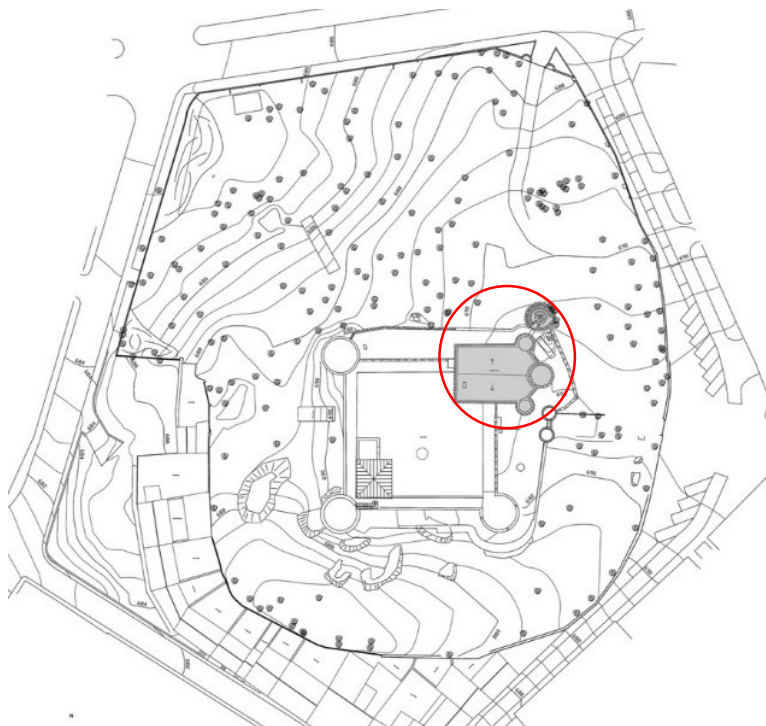


Figura 37 - Planta de cobertura da nova proposta

Fonte: Archdaily.com-Consultado a 29/05/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/805184/reforma-no-castelo-da-coracera-riano-plus-arquitectos>

O edificado encontra-se quase original na totalidade. A secção do edifício que apresenta a nova proposta é a assinalada na figura a cima. O restante do Castelo foi requalificado estruturalmente e esteticamente de modo a assegurar a sua conservação.

A proposta existente teve como fundamento a reabilitação. A autenticidade está presente nesta intervenção, visto que, a materialidade e o aspeto final que o *atelier* conferiu à obra, reforçam a integridade do património.

Este edifício, até à atualidade, teve apenas momentos pontuais de habitabilidade, entre estes momentos esteve desocupado ou abandonado, resultando num mau estado de conservação

contínuo ao longo dos séculos. Como edifício é bastante rígido e funcional, visto que o seu propósito era a defesa da localidade. As suas alvenarias espessas são típicas da construção militar devido à sua função. Apesar disto, enquanto esteve ativo nunca desempenhou um papel defensivo, tendo sido apenas local de habitação e lazer.

Na proposta mais recente do edifício, denota-se que a estrutura original está presente e não sofreu alterações consideráveis. Os novos espaços contêm materialidades compatíveis com as cantarias e os rebocos presentes.

A nível programático, o Castelo não sofreu grandes alterações, espacialmente as divisões mantiveram com as mesmas características. A adegas, que era o único programa existente fixo, manteve-se, ganhando uma nova qualidade espacial. As restantes funções passam a ser desenhadas no edificado que outrora era habitação.

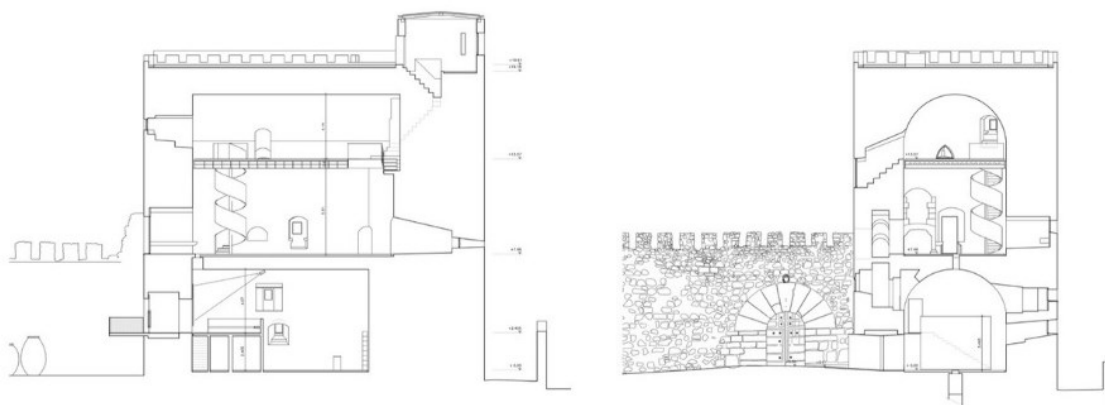


Figura 38 - Secções da nova proposta

Fonte: Archdaily - Consultado a 29/05/2018

<https://www.archdaily.com.br/br/805184/reforma-no-castelo-da-coracera-riano-plus-arquitectos/5862c352e58ece882100000e-coracera-castle-rehabilitation-riano-plus-arquitectos-sections>

Neste projeto, como em tantos outros de reabilitação, o existente é a base inicial do projeto e todas as decisões giram em torno das preexistências. A nova proposta ganha características flexíveis conforme o edifício carece de aspetos programáticos. Neste projeto, a noção de escala é diferente, tendo em conta a dimensão do existente, contudo, a nova proposta, com um carácter reversível, tem uma escala visível mas sempre consideravelmente menor com o intuito de reforçar a estética existente e a qualidade do património.

Exteriormente, foi tido em consideração toda a envolvente, de modo, a que esta não interfira no património. Visto que o Castelo se encontra perto da cidade, a paisagem foi tida como elemento essencial a preservar como característica do castelo, isto é, a envolvente do Castelo deve manter-se intocável de modo a preservar uma qualidade intrínseca ao património. Desde o Castelo é possível observar a Serra de *Gredos* e a cidade de *San Martín*. (Madrid, 2018) Visto que o edificado é um símbolo da cidade, este projeto veio reforçar este aspeto e garantir que este possa chegar a gerações futuras num melhor estado de conservação.

5.3 Torre do Relógio em Caminha

- **Torre do Relógio - Localização**

O objeto de análise localiza-se em Caminha, Viana do Castelo, sendo uma vila fronteiriça com Espanha. O concelho faz fronteira também com Vila Nova de Cerveira, Ponte de Lima e com o Oceano Atlântico.

Sendo uma vila costeira, Caminha é uma vila de pescadores, com grande importância no panorama de comércio de metais, tendo um porto de grande relevância até ao século XVII. Devido à sua relação fronteiriça com Espanha, foi necessário reforçar a defesa desta área, e por lei régia, D. Dinis, ordena um plano de defesa para a vila de Caminha.



Figura 39 - Imagem aérea da Vila de Caminha

Fonte: Hoteis.com - Consultado a 30/05/2018

https://www.google.pt/search?q=caminha&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwj25_ul3sHbAhVJchQKHfIUDeEQ_AUICygC&biw=1366&bih=675#imgrc=1lvdeo6Pp-QhmM:

- **Torre do Relógio - Monumento**

A Torre do Relógio é a única existente, de um conjunto de treze, pertencente às portas de entrada medievais para a vila de Caminha. Era a torre principal, e a mais alta, de um conjunto defensivo muralhado já extinto. Esta defesa era integrante do conjunto de quatro grandes fortalezas, sendo as de Viana, Valença e Monção. Estas faziam a defesa do Noroeste de Portugal, tendo, a auxiliar, outras defesas de menor escala. A Torre de Caminha sobressaía da muralha em especial e continha as “Portas de Viana” dando acesso ao interior da vila. É uma torre de estilo gótico militar, apresentando uma planta quadrada com paredes em cantaria de pedra

autoportantes. Apresenta-se com dois pisos e é coroada com merlões piramidais. No cimo da torre foi colocado um relógio em 1673 que dá o nome à torre.

No ano de 2008, devido a diversas campanhas de requalificação, a Câmara de Caminha e o IGESPAR¹⁶ levam a cabo uma reabilitação da torre, passando esta a ser um espaço museológico, em específico, o Núcleo Museológico do Centro Histórico de Caminha. (SIPA, 2011)

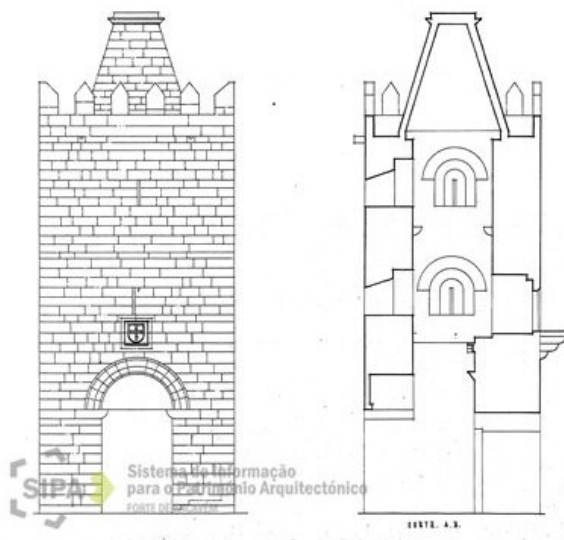


Figura 40 - Alçado e Secção da Torre de Caminha antes da reabilitação

Fonte: SIPA - Consultado a 1/05/2018

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2169

Programa original: Arquitetura militar

Novo programa: Núcleo Museológico do Centro Histórico de Caminha

Ano: 2008

Arquiteta: Lara Mendes

¹⁶ IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. Tem como função a Salvaguarda, gestão e valorização de bens com interesse histórico, arquitectónico, cultural ou outros.

- **Torre do Relógio - Análise**

O projeto desenvolvido para a requalificação da Torre do Relógio teve, como já referido, a cooperação do município de Caminha e do Instituto do Património Arquitetónico. Este projeto é um dos vários exemplos presentes em Portugal da reabilitação bem-sucedida de um património. É uma boa solução por ter sido capaz de manter a identidade total do património e ainda assim concretizar os objetivos programáticos. A Torre, agora reabilitada, oferece uma nova perspetiva para quem já a identificava como elemento particular da cidade e da sua malha urbana. Este novo projeto apresenta a Torre de modo a que a população a procure e a observe de um modo totalmente diferente ao que estavam familiarizados.

A reabilitação integra diversos materiais que convivem com a preexistência da cantaria de pedra. A materialidade é o que confere uma relação entre a proposta e a Torre. Os pavimentos em soalho e as escadas de madeira assentes em perfis metálicos fazem destacar toda a alvenaria, esta com inúmeras marcas da passagem do tempo. A base desta reabilitação é conseguir, ao máximo, não intervir diretamente na Torre, isto é, foi necessário conserva-la mas o novo projeto não intervém de modo irreversível. (Mendes, 2008, pp. 7, 8)

A nova proposta foi capaz de realçar os espaços propostos sem desvanecer a Torre, dando um caráter interior novo em realce com a preexistência, sem perturbar a sua autenticidade.



Figura 41 - Torre de Caminha após a Reabilitação
Fonte: *Eurovelo* - Consultado a 01/05/2018
<http://euroveloportugal.com/pt/poi/torre-do-relogio-2>

Como sistema construtivo são utilizados perfis metálicos, sendo nestes que assenta o soalho. Esta estrutura apoia-se pontualmente na cantaria, contudo é bastante notória a intenção da

reversibilidade no património. Denote-se que a estrutura metálica é a que causa menos alterações sobre a Torre, pois é apoiada pontualmente e apresenta pouca expressão.

O elemento que confere identidade à nova proposta é a escada, que domina toda a Torre, visto que esta é vertical e afirma-se pela sua leveza, contrastando com a expressão forte das cantarias. Esta dualidade torna-se uma particularidade do projeto, em que a Torre continua a estar visível e a ser a principal atenção, contudo, a nova proposta apresenta-se como o caminho para visualizar a torre. A escada passa a ser, não só um elemento de ascensão, mas também de marcação ao longo dos pisos. Nenhum dos elementos se destaca particularmente mais do que outro, mas complementam-se na medida certa oferecendo ao projeto melhor dos dois mundos arquitetónicos.

Além da escadaria que dá acesso aos dois pisos existentes na torre, existe ainda a possibilidade de aceder à parte superior desta e observar toda a paisagem envolvente. Este miradouro apresenta a vila de Caminha, o rio Minho e a paisagem rural. Esta particularidade confere um grande ponto de interesse turístico e cénico. Com pontos de interesse como este, é positivo observar a memória coletiva do local, no sentido da recuperação histórica e do reconhecimento do seu significado.

6 - De volta ao Oceano - Proposta

6.1 Proposta | Programa

Apresenta-se neste capítulo a síntese dos métodos escolhidos para a realização da intervenção para o forte de São João Batista, conforme referenciado anteriormente ao logo desde documento, é proposta a reabilitação do edificado para uma oficina de nautimodelismo, área de exposição, bar e receção.

Procurou-se, como elemento fundamental, a preservação e valorização do património ainda existente, reabilitando os edifícios originais e mantendo características do seu traçado, contudo enaltecendo qualidades anteriormente desperdiçadas, resultando numa nova proposta mais interligada ao passado marítimo deste monumento e de um futuro mais próximo do oceano.

Analisando os traçados existentes, (peças desenhadas A) procurou-se compreender as necessidades atuais e futuras a que o edifício possa estar sujeito. Observa-se que estão erguidos quatro edifícios. Atualmente nenhum tem funções interligadas quer com o forte, farol ou outro elemento externo, deixando assim uma área significativa de espaço sem função e descaracterizado.

Conclui-se para o programa da nova proposta manter o edifício adjacente ao farol e os dois edificados presentes no piso do rés-do-chão que se encontram interligados com a entrada principal. Resultando assim na permanência de três edifícios de traçado original, propondo-se demolir um coberto e um edifício de menores dimensões destinado à habitação.

Apesar das inúmeras descaracterizações que ocorreram ao longo dos anos, observam-se elementos particulares que conservam a época em que foram construídos e enaltecem o monumento e todo o conjunto edificado. Elementos como o portão da entrada, cantarias e ornamentos.



Figura 42 - Ornamento em cantaria de pedra
Fonte: Fotografia retirada pelo autor



Figura 43 - Portal de acesso e ornamentos
Fonte: Fotografia retirada pelo autor

Atualmente os edifícios existentes são dedicados à habitação, onde cada edificado é uma residência independente das restantes, resultando num pequeno condomínio dentro dos limites da muralha anterior, já não existente. Conforme é possível observar na figura abaixo, mantiveram-se os edifícios com marcação pela sua implantação, área e traçado.

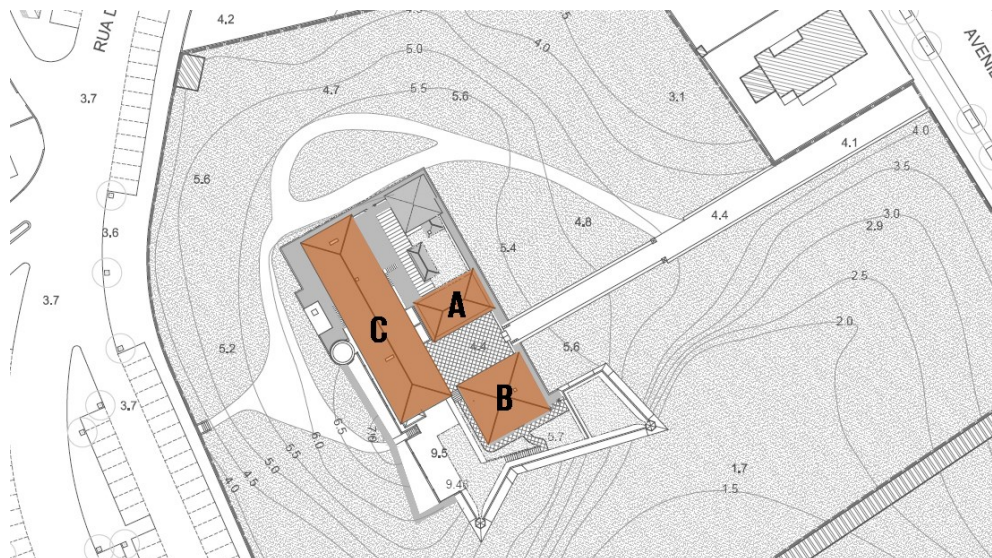


Figura 44 - Edifícios selecionados
Fonte: Peça desenhada A.6 - Sem escala

6.2 Proposta | Intervenção

Determinados os edifícios a manter, A-recepção, B-bar-C museu oficina foi necessário também redesenhar os elementos exteriores como acessos e o pavimento onde se encontram os edifícios propostos a demolir. Como elemento divisor dos espaços exteriores, temos as escadas pois a cota de acesso é 0.00 e o edifício C encontra-se a 1.00. Originalmente o acesso a este edifício era apenas possível por um portão existente no alçado norte, com a nova proposta passa a ser possível uma circulação contínua desde o portão principal.

Tentando integrar os edifícios presentes com o passado do forte e um novo futuro ligado à vida marítima, procurou-se que os materiais a aplicar beneficiassem de características interligadas a esta vivência. Deste modo, apresenta-se o aço e a madeira como materiais de interligação com o passado. Para que a linguagem do conjunto fosse homogénea todos os materiais são aplicados de igual modo nos três edifícios.

Assim, no exterior dos edifícios A e B, observamos silhuetas puras sem adornos para que estas possam acentuar as características das cantarias presentes no portal de acesso e a muralha que está adjacente. No exterior do edifício C mantêm-se as mesmas características já descritas, mas como elemento diferenciador neste edifício apresenta uma cor amarela lembrando as edificações originais que se encontram na memória coletiva da população. Como principal

constituente nas fachadas temos os vãos, adaptados da forma previa, apresentam-se na nova proposta como elementos essenciais na relação do existe com a nova proposta. A sua materialidade é composta pelo aço lacado a vermelho vivo que constrói as “caixas” que se apresentam como faróis ou óculos salientes da fachada, relembrando as embarcações e o farol existente no forte.



Figura 45 - Alçado Este - Relação dos Vãos Vs. Fachada
Peça desenhada C.13

6.3 Proposta | Edifícios

Para os edifícios adjacentes à muralha, procurou-se reabilitar conforme as preexistências se apresentam na atualidade. Muitos dos vários elementos existentes não são possíveis de reaproveitar, contudo, a estrutura está conservada o suficiente para ser requalificada. Em caso de impossibilidade de reabilitar, construir-se-á de novo conforme as preexistências. A nova proposta tem por base a aplicação de elementos leves para não ocorrer recarregamento excessivo da estrutura existente.

A- Edifício Recepção: Este espaço tem como objetivo a receção de público para a função museológica ou oficina. Ramifica-se para o bengaleiro, com uma área de 7,82m², um gabinete com 17,97m² e uma instalação sanitária com uma área de 4,20m². Sendo o edificado de menores dimensões, passa a ter um carácter de gestão da receção ao público e manutenção das instalações presentes no forte.

Ao longo deste espaço público os pavimentos e rodapés são em madeira maciça desgastada com o objetivo de apresentar uma imagem relembrando os pavimentos existentes nas embarcações antigas. As restantes superfícies são em gesso cartonado pintado de branco para reforçar as características do pavimento e dos vãos. Neste edifício, a projeção interna dos vãos é finalizada em aço lacado de vermelho. Na instalação sanitária presente o pavimento e lambrim são aplicados em azulejo carmim de 15X15 reforçando a imagem exterior do edifício branco puro com elementos fortes vermelhos. A louça sanitária selecionada é tipo *Sanindusa*, sendo: sanita

Seguindo os objetivos já descritos relativamente à escolha dos materiais a aplicar, neste edifício a aplicação é idêntica. Relativamente aos vãos existentes na sala do bar, a plasticidade é alterada para que o pavimento possa subir até ao peitoril do vão e oferecer um assento adicional, resultando no exterior o vão “caixa” em aço lacado a vermelho e no interior uma “caixa” em madeira, representando também características específicas de um navio, cujo interior é em madeira acolhedora e o exterior em aço resistindo às intempéries.

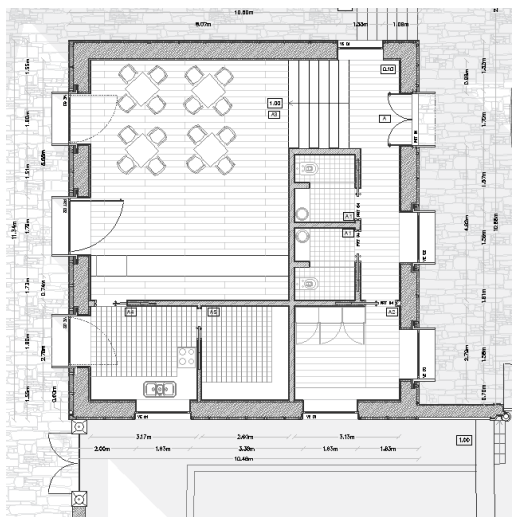


Figura 47 - Planta edifício Bar - Sem escala
Peça desenhada C.2

Edifício B atualmente

Área - 95,24m²

Pavimento - Cimento

Paredes - Reboco pintado de branco

Teto - Reboco pintado de branco

Edifício B proposto

Área útil- 87,45m²

Pavimento - Madeira maciça tipo *Jular muiracatiara* 19X240cm

- Azulejo tipo *Cinca NovaArquitetos* carmim 15X15cm

Paredes - Gesso cartonado pintado de branco

Teto - Gesso cartonado pintado a branco

- Teto falso em gesso cartonado

C- Edifício Oficina/Museu: Para responder às necessidades funcionais, realizamos os acessos por diferentes etapas. Estas etapas alteram-se conforme o piso da respetiva funcionalidade, para chegar ao piso rés-do-chão onde se encontra a oficina, existe um fluxo direto desde o

portão principal. Para chegar ao piso superior onde se encontra o museu é necessário fazer o trajeto ou pela muralha, visitando todo o espaço, ou pelo exterior realizando um percurso mais objetivo. O piso superior é totalmente utilizado como área de exposição tendo uma área de 253,12m², o piso inferior contém a oficina de nautimodelismo que programaticamente abrange a sala oficina com 76,40m², área de estar com 34,13m² e as instalações sanitárias com 6,42m². A materialidade interior deste edifício é semelhante ao edifício A e B, tendo apenas como particularidade a “caixa” dos vãos em aço lacado em vermelho, para que quer pelo exterior ou interior este elemento seja marcante. Exteriormente o revestimento será em placas de contraplacado e cimento do tipo Viroc em amarelo com dimensões estabelecidas para cada edificado.

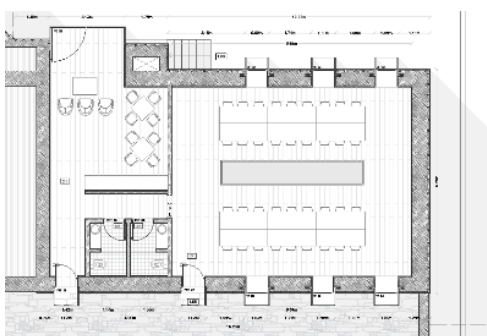


Figura 48 - Planta Oficina - Sem escala
Peça desenhada C.3

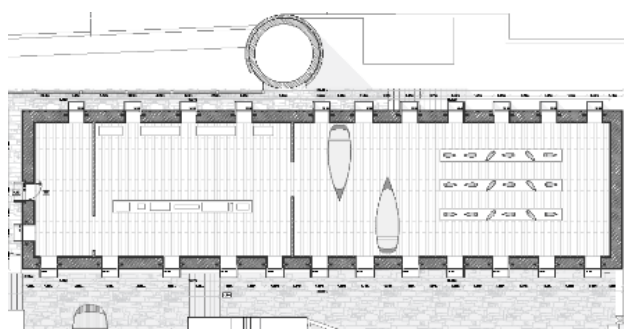


Figura 49 - Planta Museu - Sem escala
Peça desenhada C.4

Edifício C atualmente

Área - 385,11m²

Pavimento - Cimento

Paredes - Reboco pintado de branco

Teto - Reboco pintado de branco

Edifício C proposto

Área útil- 370,07m²

Pavimento - Madeira maciça tipo *Jular muiracatiara* 19X240cm

- Azulejo tipo *Cinca NovaArquitetos* carmim 15X15cm

Paredes - Gesso cartonado pintado de branco

Teto - Reboco pintado de branco

- Gesso cartonado pintado de branco

6.4 Proposta | Exterior

Em necessidade de complementar o espaço vazio resultante da proposta de demolição e sendo necessário complementar o programa resultante do nautimodelismo, projetou-se uma segunda muralha reunindo o conjunto do modo que já fora outrora, apresentando uma nova proposta contemporânea, contudo com a mesma finalidade de “proteger” e enaltecer o existente e a nova proposta. Este novo volume nasce de estudos relacionados com a forma prévia da muralha, contudo o objetivo não é replicar o já existente mas sim destacar ou apresentar novos elementos possíveis. Este novo elemento, com alturas variáveis até ao ponto máximo de 5,45m, é erguido com um muro em betão revestido a zinco lacado em vermelho. Este novo constituinte tem como finalidade demonstrar a sua interligação ao oceano, não apresentando uma leitura literal, contudo reunido com todo o conjunto arquitetónico integra-se e faz com que o restante se destaque. No pavimento exterior será aplicada pedra natural granítica de cor clara, de modo a que o pavimento se integre com os edificadados e que possa ser mais sóbrio e semelhante às preexistências.

No interior do conjunto este elemento destaca-se pela sua cor mas também pela componente de água que se encontra interligada com o programa de nautimodelismo, relacionando a função de teste das réplicas com o esforço de relacionar novamente este edifício com o oceano.

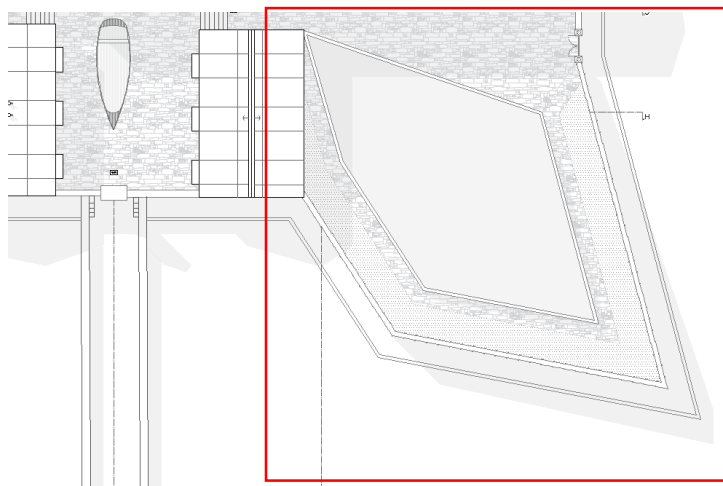


Figura 50 - Nova proposta de muralha e espelho de água - Sem escala
Peça desenhada C.5

Exteriormente também os alçados sofreram variadas alterações, algumas já descritas anteriormente ao longo dos edifícios A, B e C. Seguindo a mesma linha ao longo do projeto, com os alçados procurou-se também preservar características significativas capazes de enaltecer o conjunto. Os elementos particulares associados ao acesso principal permaneceram pela sua importância arquitetónica e pelo relevante papel que têm na lembrança da

comunidade relacionada com o local e o monumento. Os muros existentes permanecem, contudo na área de demolição erguemos novos com a nova muralha já descrita. Assim os alçados que sofrem maiores alterações são o Este e Norte devido à nova muralha como elemento novo. O restante foi reabilitado e revestido mantendo o traçado já existente. No alçado Este observamos o edifício museológico em amarelo ocre e os edifícios em silhuetas forte, tendo sido retiradas todas as cantarias associadas aos edifícios e aos vãos, que na nova proposta se apresentam salientes em aço lacado de vermelho. No alçado Norte observa-se a nova muralha e o edifício museológico, como não apresenta nenhum vão orientado para esta fachada ergue-se numa silhueta simples em amarelo ocre. É possível analisar nas figuras seguintes estas alterações e a forte semelhança com os existentes.

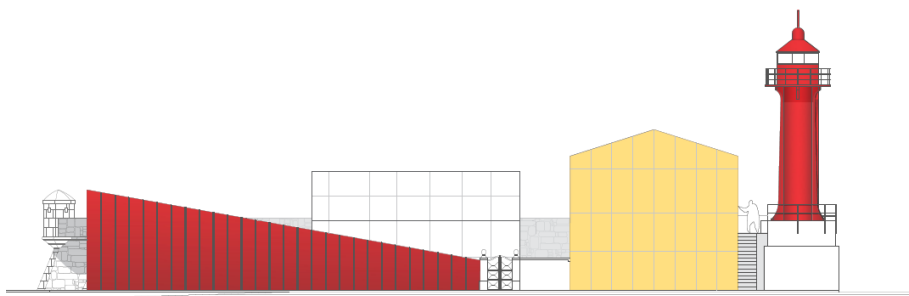


Figura 51 - Alçado Norte proposto - Sem escala
Peça desenhada C.12

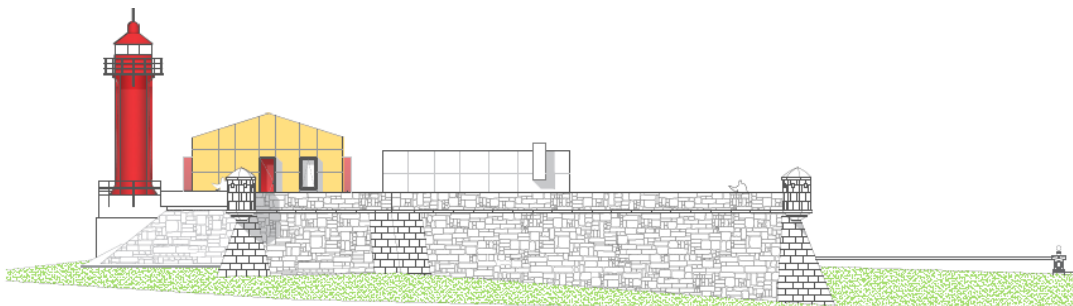


Figura 53 - Alçado Sul proposto - Sem escala
Peça desenhada C.12

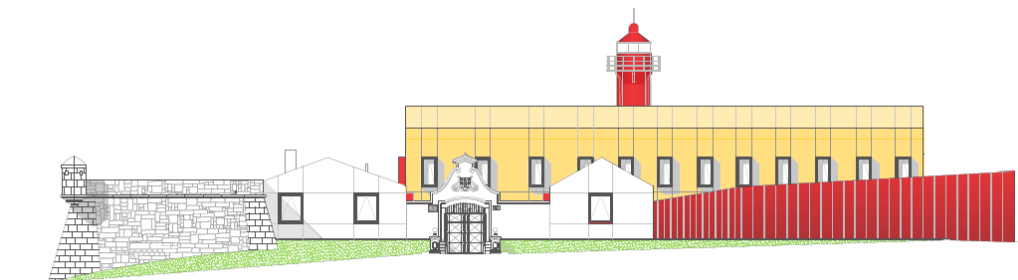


Figura 52 - Alçado Este proposto - Sem escala
Peça Desenhada C.13

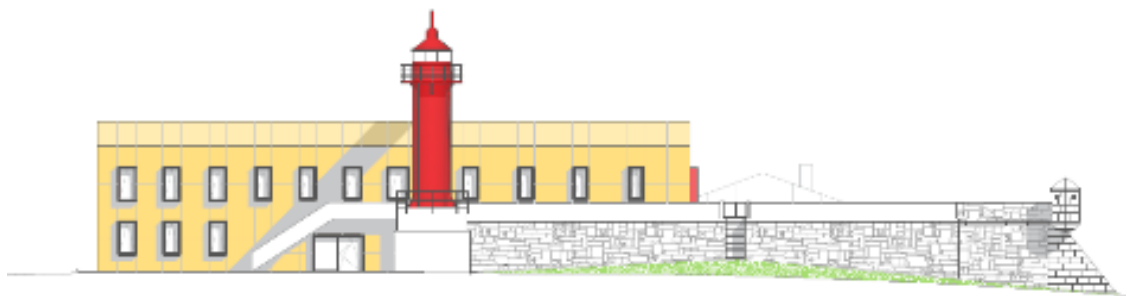


Figura 54 - Alçado Oeste proposto - Sem escala
Peça desenhada C.13

6.5 Proposta | Muralha | Farol

Relativamente à muralha devido ao seu estado de conservação atual, particularmente dos materiais, exteriormente, esta será requalificada estruturalmente, as suas pedras lavadas e reforçadas. Serão eliminadas plantas que se infiltraram na estrutura, elementos em ferro agregados. Aplicar-se há um sistema de drenagem de águas e tratamento para as juntas da cantaria. A argamassa selecionada para a reformulação das cantarias deve ser analisada e preparada especificamente para este propósito. No interior da muralha não serão necessárias intervenções pois todas as divisões estão cobertas de terra, transformadas em estrutura para os edifícios posteriores, agora propostos a reabilitação. Devido à sua qualidade patrimonial todos os materiais utilizados na reabilitação da muralha serão controlados e selecionados de modo a não causarem alterações indevidas na estrutura e estética.

O Farol existente e pertencente à Marinha Portuguesa necessitaria apenas de arranjos exteriores para evitar maiores danos.

Para efeitos legais do projeto, consideraram-se as condicionantes urbanísticas para o local, tendo em atenção as particularidades ambientais e topográficas. (Peça desenhada A.3) Aplicaram-se o Plano Diretor Municipal de Esposende, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e o Plano do Parque Natural do Litoral Norte, sendo que a implantação do Forte encontra-se na Zona Protegida de Bem Classificado, Estrutura Ecológica Complementar e Património Arqueológico e Edificado. De acordo com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira o património encontra-se em Zona de Equipamento APC (apoio completo de praia).

7 - Notas Conclusivas

Com os dados obtidos com esta dissertação, compreende-se que muitos conjuntos patrimoniais estão em considerável risco de ruína. Grande parte destes edifícios tiveram uma função específica; que, por casualidades do tempo, deixaram de ser necessárias e muitos deles foram votados ao abandono.

Atualmente, o modo de pensar tem vindo a transformar-se e cada vez mais se considera estes edifícios como novas fontes de interesse e de cultura, como marcos temporais dos locais onde se encontram. Os técnicos da atualidade não se debatem apenas com a construção nova, mas também com o que fazer a estes edificadados que surgem, cada vez mais, como novas propostas projetuais. A variedade de edifícios patrimoniais a reabilitar é o grande problema, pois além de necessitarem de estratégias adequadas a cada património, cada imóvel como unidade é único, logo uma estratégia não é possível de aplicar a vários edificadados. Contudo, conforme o capítulo 4 apresenta, existem normas, documentos e cartas para auxiliar na escolha dos critérios mais adequados a cada tipo de necessidade relativa ao património. Estes documentos auxiliam também na construção do equilíbrio necessário entre as preexistências e as futuras propostas, de modo a que uma construção contemporânea possa conservar e enaltecer uma obra de cariz patrimonial. O equilíbrio a atingir com cada intervenção deve garantir a valorização espacial e arquitetónica dos elementos construídos e não construídos.

O Forte, por ser distinto de uma construção nova, como processo de recuperação e reabilitação de uma unidade de um conjunto patrimonial, determina um carácter com grande valor cultural, histórico e social, estando implícita a necessidade de conservação, não só do edificadado, mas também da sua envolvente, de modo a garantir que o património se mantém conservado em todos os aspetos possíveis a ele associados. A questão da memória coletiva é ainda um ponto mais abrangente, pois cada local identifica o património como seu, logo é necessário ter em consideração aspetos de diversas áreas, porque é com esta memória que o edificadado pode também reforçar a sua identidade e garantir a sua autenticidade.

Esta dissertação teve como objetivo procurar e estabelecer critérios e estratégias para a conservação e valorização do Forte e a possibilidade de integrar no conjunto de Fortes de Beira-Mar. As estratégias estabelecidas procuraram valorizar o Forte como elemento de um conjunto, tendo em consideração o seu potencial cultural e turístico, concretizando estas estratégias em projeto arquitetónico, integrando a preexistência com a nova volumetria e estética apresentada nesta dissertação.

A Autenticidade valoriza a conservação dos valores e aspetos originais. A nova proposta não se irá sobrepor à preexistência nem ao enquadramento original, garantindo que todos os aspetos intrínsecos associados ao Forte se mantêm, não realizando nenhum processo de mutação indevido.

A Integridade do património, sendo o segundo critério, estabelece-se a partir da materialidade e técnicas aplicadas, procurando estabelecer uma relação positiva entre a fortificação e a nova proposta e as materialidades desta. É de destacar ainda, a importância da envolvente natural,

que cada vez mais perde essa qualidade e com isto, o Forte perde também parte da sua integridade, pois a sua paisagem, em constante mutação, altera os valores característicos que o forte tece há séculos.

Já a Homogeneidade procura garantir a uniformidade em todo o edificado em que se vai intervir, conforme já descrito no capítulo 4, expondo o edifício como unidade; e todas as suas pequenas partes vistas como integrantes no geral, transmitido sempre uma identidade forte, levando diretamente à autenticidade. A Homogeneidade tem em consideração as potencialidades, não sendo apenas mais um método de refazer um edifício só pela sua marcação temporal que confere ao local onde está implantado; esta contempla todas as marcas do tempo que conferem identidade ao Forte.

A proposta projetual incide no Forte, procurando estabelecer novas utilizações e um novo diálogo entre este edificado e a respetiva malha urbana da cidade de Esposende. Procurou-se estabelecer possíveis relações visuais e de compreensão da valorização do património, conferindo um programa mais integrado com a sua função original chamando o edifício “de volta ao oceano”, apresentando-o como um elemento centenário que continua ao serviço do local onde foi erguido, agora não defendendo, mas ensinando culturalmente a cidade. O programa definido, para a organização espacial do Forte, reflete uma continuidade das preexistências, onde os espaços são apenas reestruturados pelo interior, tentando conservar a imagem geral do edificado, não alterando significativamente a sua memória.

Ao longo do percurso desta dissertação, sentiram-se algumas dificuldades relativas à alteração do espaço existente para uma condição atual, que pode ser totalmente diferente, num objeto patrimonial obsoleto. Estas dificuldades incidiram especialmente nas intenções de intervir, em específico, em questões de compreensão do objeto e das necessidades atuais e futuras. Sendo uma proposta complexa, devido ao património, este espaço é “sensível” a alterações, quer pela sua identidade histórica, quer pela memória da população.

Atualmente, com a crescente mudança de mentalidades, espera-se que todos os conjuntos patrimoniais, em particular os militares, sejam reconhecidos pelo seu valor arquitetónico, histórico, cultural e social, mas também pelo seu significado como integrante numa paisagem, na memória das pessoas, em memória do passado da defesa de um país. Espera-se que estes edificados, atualmente despromovidos de função ou interesse, sejam requalificados para a sua salvaguarda e pelo seu valor, de modo a que cada edificado deste tipo de arquitetura seja visto como uma unidade de um conjunto muito maior.

Reconhece-se a importância de que todas as intervenções, que possam vir a requalificar um edificado com estas características, tenham em contrapartida a sua autenticidade, integridade e carácter histórico, de modo, a que resultem diversas propostas capazes de oferecer função e objetivo a um edificado obsoleto. Contudo, é igualmente importante ter em consideração os diversos interesses envolvidos em cada património, visto que todos têm as suas particularidades, necessidades e objetivos. O lugar, que o contém, é também objeto de estudo,

compreensão e análise, de modo a que no futuro este possa manter todos os atributos necessários para conservar a sua autenticidade.

As novas propostas devem então traduzir-se em projetos com respostas adequadas e assertivas, pois serão elementos de transformação do edifício. Cada projeto oferece diversos entraves devido a inúmeros condicionalismos. São processos de elevada complexidade, contudo, oferecem excelentes resultados em todos os aspetos físicos e imateriais, melhorando todo o património português e revivendo toda a sua história marcada neste pontos construídos.

Anexos

Anexo I

“Há muitos, muitos anos, uma grande embarcação de madeira pintada sulcava o oceano de furiosas águas, sob os céus zangados.

Ruijin, o dragão deus do mar, apelara a *Tsunami*, o deus das tempestades marinhas, para provocar o naufrágio daquela embarcação vinda das arábias, que pretendia entrar no rio Cávado, mesmo junto às terras de *Fanno*.

Estes deuses eram impulsivos, mas também bondosos. Não gostavam que aquelas gentes estrangeiras entrassem nas águas do Cávado com as suas naus. Porque, ao regressarem às suas terras, levavam minérios e madeiros de pinho bravo. Estas mercadorias eram depois cobiçadas pelos vários povos da terra e do mar, que, em lutas terríveis, se matavam uns aos outros.

Por isso, se zangavam muitas vezes *Ruijin*, o dragão deus do mar, e *Tsunami*, o deus das tempestades marinhas, que sendo impulsivos eram também bondosos.

Desta vez, este barco das arábias vinha carregado com três cavalos árabes, uma oferta de paz aos senhores das terras de *Fanno*.

Com eles viajava *Kalilla*, uma princesa de longos cabelos negros e olhos d’água, que não parava de chorar. Ela sabia que tinha de se separar dos seus amados cavalos, principalmente da sua querida égua, *Ofirina*.

Mas o deus do mar, *Ruijin*, e o deus das tempestades, *Tsunami*, estavam naquele dia mais furiosos do que nunca, por causa dos homens que se matavam uns aos outros, e provocaram o naufrágio da grande embarcação. O belo barco, os lindos corcéis e a princesa dos olhos d’água mergulharam nas águas frias do mar.

A princesa, muito aflita, agarrou-se ao pescoço da égua *Ofirina* tentando salvar-se.

O deus *Ruijin* condeu-se, e da sua enorme boca, lançou uma nuvem de gelo. De imediato, os cavalos transformaram-se em enormes e gelados penedos.

A princesa *Kalilla*, bem agarrada às crinas de *Ofirina* conseguiu monta-la e subiu até à superfície do mar, e assim se salvou daquelas águas geladas.

No entanto, a princesa chorava, enquanto afagava o pescoço de pedra da égua. Não queria mesmo salvar-se, nadando até à praia doirada que avistava perto.

Deste modo, também *Kalilla* acabaria por ficar petrificada como os cavalos. Mas o deus dos mares, *Ruijin*, cheio de pena, transformou a princesa dos olhos d’água numa sereia vestida de prata como a luz da lua.

Nas noites de tempestade, em que *Tsunami* ruge, como se fosse um leão, zangado com os humanos que tantos males provocaram no mundo, a Sereia das Lágrimas, como ficou conhecida a princesa *Kalilla*, reaparece cavalgando na sua égua, iluminada pelos raios lançados pelo furioso *Tsunami*.

E o canto maravilhoso da sereia avisa os pescadores do perigo, quando se fazem ao mar e se aproximam dos penedos, os Cavalos de Fão, como toda a gente hoje lhes chama.

Contudo *Ruijin* e *Tsunami* amam a Sereia das Lagrimas e zangam-se com ciúmes, quando a ouvem cantar para avisar os pescadores.

Com medo das fúrias de *Ruijin* e de *Tsunami*, os habitantes de Fão, as antigas terras de *Fanno*, sabem que, quando se ouve a sereia, devem ficar em suas casas e nunca, mas nunca saírem atrás da sua voz encantada.

Porque, quando os deuses estão irritados e ciumentos, a pacífica praia de Ofir é praticamente engolida pelo mar revolto, tal como as embarcações que ousam lançar-se ao mar, apesar do aviso da Sereia das Lágrimas.”

Lenda contada às crianças sobre a origem dos Cavalos de Fão. (Costa, 2014)

Bibliografia

- (14 de 02 de 2018). Obtido de História de Portugal:
<http://www.historiadeportugal.info/guerra-civil-portuguesa/>
- (15 de 02 de 2018). Obtido de Blogue do Minho:
<http://bloguedominho.blogs.sapo.pt/497148.html>
- (23 de 02 de 2018). Obtido de Biografia e Curiosidade:
<http://biografiaecuriosidade.blogspot.pt/2015/10/biografia-de-augustin-jean-fresnel.html>
- A.M.N., A. M. (s.d.). *Farol de Esposende*. Ministério da Defesa Nacional da Marinha - Direcção dos Faróis.
- A.N.CRUZEIROS. (09 de 03 de 2018). *ancruzeiros*. Obtido de Associação Nacional de Cruzeiros:
<http://www.ancruzeiros.pt/ancdrp/far%C3%B3is-de-portugal>
- Almeida, M. A. (14 de 02 de 2018). Obtido de Scielo:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702011000400006/
- Amândio, B. (1982). *O Forte de S. João Batista e o Farol de Esposende - Elementos para a sua história*. Esposende: Editora Poveira.
- Amândio, B. (1995). *O Forte de S. João Batista e o Farol de Esposende*. Esposende: Centro Social da Juventude de Mar de S. Bartolomeu do Mar.
- Amândio, B. J. (1994). *O Engenheiro Custódio José Gomes de Vilas Boas e os porto de mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo: Amigos do Mar.
- Anégia, E. (1998). *Esposende: A terra e o homem*. Paços de Ferreira: ASA.
- Archdaily. (14 de 02 de 2017). Obtido de Archdaily Brasil:
<https://www.archdaily.com.br/br/805184/reforma-no-castelo-da-coracera-riano-plus-arquitectos>
- Barroca, M. J. (2004). Fortificações e Povoamento no Norte de Portugal (Séc.IX a XI). *Portugália - Volume 25*, 181-203.
- Biografías y Vidas*. (22 de 05 de 2018). Obtido de Biografías y Vidas - La Enciclopedia Biográfica em Línea: <https://www.biografiasyvidas.com/biografia/l/luna.htm>
- C.M.E. (19 de fevereiro de 2018). *Município Esposende*. Obtido de Esposende - Câmara Municipal: www.municipio.esposende.pt/pages/133
- Callixto, C. P. (1942). *Jornal "O Cávado" - nº1173*.
- Cóias, V. (2006). *Inspeções e Ensaios na Reabilitação de Edifícios*. Lisboa: Editora IST Press.
- Correia, M. R. (2016). *Conservation in Earthen Heritage: Assessment and Significance of Failure, Criteria, Conservation Theory and Strategies*. Cambridge: British Library.

- Costa, B. (19 de 11 de 2014). *Bernardete Costa*. Obtido de Bernardete Costa Blog:
<https://bernardetecosta.blogs.sapo.pt/lenda-dos-cavalos-de-fao-125245>
- D.G.M. (1915). *Listas dos faróis, sinais sonoros e bóias luminosas no continente e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional - Direção Geral da Marinha.
- Dufaur, L. (19 de 05 de 2016). *As Cruzadas*. Obtido de As cruzadas:
<https://ascruzadas.blogspot.com/2016/05/isabel-catolica-rainha-que-emprenhou.html>
- Esposende. (19 de 03 de 2018). *Visite Esposende*. Obtido de Esposende - Um Privilégio da Natureza: <http://www.visitesposende.com/pt/fazer/natureza/parque-natural-litoral-norte>
- Esposende, M. d. (2009). *Esposende: Ensaio Urbano de Vila a Cidade*. Esposende: Município de Esposende.
- Ferreira, F. d. (11 de outubro de 2007). Património. *Diário do Minho*, p. I a VIII.
- Figueiredo, J. (2004). *Guia dos Faróis de Portugal*. Porto: Cariátides.
- Fortalezas*. (12 de 05 de 2018). Obtido de Fortalezas.org:
http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=667&muda_idioma=PT
- Fraguas, R. (05 de 08 de 2008). O Castelo de La Coracera abre torres restauradas. *El País*.
- Francisco Diniz, A. P. (2003). *Relatório da Cidade de Esposende - Portugal*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - Departamento de Economia e Sociologia.
- Gómez, A. M., Lopez, M. L., Murillo, J. M., & Escudero, L. d. (2014). *Dicionário Visual de Arquitetura*. Lisboa: Quimera.
- I.H.R.U. (2014). *Guia de Inventário - Fortificações Medievais Modernas*. Lisboa: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - SIPA.
- ICOMOS. (1964). Carta de Veneza.
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *5 Cidade*. Obtido de 5 Cidade:
<https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf>
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *Cultura Norte*. Obtido de Cultura Norte:
https://www.culturanorte.pt/fotos/editor2/1994-declaracao_de_nara_sobre_autenticidade-icomos.pdf
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *Icomos*. Obtido de Icomos:
<https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *IPHAN*. Obtido de Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>

- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *IPHAN*. Obtido de Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *Património Cultural*. Obtido de Património Cultural:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobresalvaguadacidadeshistoricas1987.pdf>
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *Património Cultural*. Obtido de Património Cultural:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *Património Cultural*. Obtido de Património Cultural:
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>
- ICOMOS. (06 de 04 de 2018). *Património Santarém*. Obtido de Património Santarém:
http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_de_deschambault.pdf
- Jokilehto, J. (1986). *A History of Architectural Conservation*. York: Universidade de York - Inglaterra.
- Lopes, L. (2012). *Reabilitação do Forte de S. Francisco*. Gallaecia: Escola Superior Gallaecia.
- Loureiro, A. (1905). *Os Portos Marítimos de Portugal e ilhas adjacentes*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Machado, M. A. (1951). *Esposende: Monografia do Concelho*. Esposende: M.A.F. Machado - Oficinas Gráficas da Companhia Editora do Minho.
- Madrid*. (23 de 05 de 2018). Obtido de Turismo Madrid:
<http://turismomadrid.es/es/descubre/sierra-oeste/7128-san-martin-de-valdeiglesias.html>
- Maratec*. (19 de 03 de 2018). Obtido de Cávado - Estuário e zona adjacente:
http://maretec.mohid.com/Estuarios/MenuEstuarios/Descric%C3%A7%C3%A3o/descricao_Cavado.htm
- Mendes, L. (2008). *Memória Descritiva e Justificativa de Projeto de Execução da obra de Requalificação e Valorização da Torre do Relógio*. Caminha.
- Miranda, J. F. (2015). *Arquitetura, Património e Autenticidade*. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Arquitetura.
- Município Esposende*. (s.d.). Obtido de Esposende Câmara Municipal:
<http://www.municipio.esposende.pt/pages/134>

- Nunes, A. L. (1991). *Dicionário Temático de Arquitetura Militar e Arte de Fortificar*. Lisboa: Estado Mario do Exército.
- ParisTech, L. d. (05 de 05 de 2014). Inventaire détaillé du fonds Barbier Bénard et Turenne. Champs-sur-Marne, França: L'Ecole des Ponts ParisTech.
- Priberam . (21 de 06 de 2018). Obtido de Priberam Dicionário:
<https://www.priberam.pt/dlpo/adarve>
- Sensagent. (16 de 05 de 2018). Obtido de Dicionário.sensagent:
<http://dicionario.sensagent.com/Hornaveque/pt-pt/>
- Silva, M. L. (2013). *O Encanamento do rio Este e o regadio das Vegas de Nine nos séculos XVIII e XIX - Uma obra de Custódio José Gomes de Vilas Boas e dos Lavradores das Veigas*. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras.
- SIPA. (27 de 07 de 2011). Obtido de Sistema de Informação para o Património Arquitetónico:
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2169
- SIPA. (18 de 05 de 2018). *SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico*. Obtido de Monumentos:
http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5384
- SIPA, I. d. (2011). *Atlas SIPA de Património - Faróis*. Lisboa: IHRU.
- Sousa, A. T., & Conde, A. F. (16 de 02 de 2018). Glossário dos termos empregues no sistema abaluartado. Évora, Portugal. Obtido de cifae.uevora:
<http://www.cifae.uevora.pt/5.html>
- Vellozo, D. S. (2005). *Arquitetura militar ou fortificação moderna*. Salvador - Brasil: Scielo books - Edufba.